

**LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL- LUI
DEPARTAMENTO PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO**

ARLETE FREITAS DE SOUZA

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS
DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA - RO**

**MIAMI/ FLORIDA
2019**

LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL - UNILOGOS ®

ARLETE FREITAS DE SOUZA

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS
DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA - RO**

Exame de Qualificação de Mestrado em Educação
Apresentado ao Programa de Pós-Graduação, Logos
University International – Unilogos ®, para Obtenção do Título
de Mestre em Educação.

Orientação do Prof Dr. Leônidas Chow Castillo.

**MIAMI/ FLORIDA
2019**

**LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL - UNILOGOS ®
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ORIENTADORES
EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA**

ARLETE FREITAS DE SOUZA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO**

APROVADA POR:

Presidente Orientador: Prof. Dr. Lêonidas Antônio Chow Castilho, Ph.D

Prof. Dr. Gabriel César Dias Lopes, Ph.D

Prof. Dr. Cristiano Santos Araújo

Prof. Dr. Nilton Elias de Sousa, Ph.D

Miami, Florida

Março/2019

FICHA CATALOGRÁFICA

FREITAS, Arlete Souza de.

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA / Arlete Freitas de Souza – Miami, 108fls.pdf

Dissertação de Mestrado – Logos University International, UniLogos,
Miami, Florida, EUA. 2019

Orientador: Prof. Dr. Lêonidas Antônio Chow Castilho, Ph.D

ISBN

1.Educação 2.Orientação Educacional 3.atribuições 4.aprendizagem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Arlete Freitas de Souza

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: As Dificuldades Encontradas Pelos Orientadores Educacionais Das Escolas Municipais De Vilhena

GRAU: Mestrado

ANO: 2019

É concedida à Logos University Internacional – Unilogos @permissão para reproduzir cópias desta DISSERTAÇÃO de mestrado para única e exclusivamente propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta DISSERTAÇÃO de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada à fonte.

Nome: Arlete Freitas de Souza

Email: arletefreitas24@hotmail.com

DEDICATÓRIA

*Para minha família, que é a raiz de quem eu sou,
representação de todo amor que recebo motivo da minha
felicidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é essencial em minha vida, autor do meu destino, guia da minha caminhada, socorro nas horas de angústia: Ao meu pai Adão Luiz de Freitas, à minha mãe Conceição Alves de Souza e a minha irmã Aucislete Freitas de Souza.

A todos os professores do curso, que foram importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu professor Orientador Dr. Leônidas Chow Castillo, pela paciência e grande ajuda para a conclusão deste trabalho.

Em especial as minhas colegas de trabalho Vera e Margarete pela atenção empenhada nas leituras do meu trabalho durante este processo de escrita, me ajudando com ideias dicas que foram de extrema importância.

Não tenho palavras para agradecer a paciência e dedicação, companheirismo de vocês e também a Diretora da escola a qual trabalho a um ano Patrícia Valeria.

Agradeço de coração a todos os participantes desta pesquisa que destinaram parte do seu tempo para contribuir com meu trabalho, aos Gerente Pedagógicos, Diretores Escolares, Supervisores Escolares e os Orientadores Educacionais, colegas da Rede Municipal de Vilhena, que me permitiram mostrar o nosso dia a dia de trabalho que apesar de árduo é muito gratificante.

*instrua o homem sábio,
e ele será ainda mais sábio;
ensine o homem justo,
e ele aumenta o seu saber.
Provérbios 9:9*

RESUMO

A Orientação Educacional é um segmento importante do quadro pedagógico das Instituições de Ensino. A partir deste pressuposto, surgiu a necessidade de realização desta pesquisa, cuja finalidade é de fazer um resgate histórico da Orientação Educacional, desde seus primórdios, assim como entender o seu processo evolutivo no Estado de Rondônia, através da documentação legal da Rede Municipal de Vilhena. Objetiva, ainda, conhecer os desafios diários encontrados pelos orientadores educacionais no decorrer da construção da história. A pesquisa foi realizada com profissionais da Rede Municipal de Vilhena, tendo como colaboradores os Gerentes Pedagógicos da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Vilhena), Diretores Escolares, Supervisores Escolares e Orientadores Educacionais. Este trabalho monográfico de abordagem quantitativa, através do método de estudo de caso, utilizou os seguintes instrumentos: questionários, registros e entrevistas semiestruturados. Foi realizada, ainda, uma revisão bibliográfica sobre a temática analisada. Os resultados da pesquisa foram satisfatórios, já que foi plausível de entender a evolução da Orientação Educacional através das revisões bibliográficas. Apesar das dificuldades encontradas no exercício desta profissão, os Orientadores Educacionais na Rede Municipal de Vilhena têm apresentado várias conquistas, conseguido cumprir com suas atribuições e dando sua contribuição ao ensino e aprendizagem. Uma destas conquistas conseguida no NAM “Núcleo de Atendimento Multifuncional”, onde será constituída uma equipe itinerante composta por psicólogos e psicopedagogos institucionais, em parceria com a equipe da saúde do Município de Vilhena, para de atendimentos aos alunos, a partir do mês de março de 2019. Para que o trabalho do Orientador aconteça é necessário a participação de toda a comunidade escolar e da Rede Municipal de Vilhena.

Palavras Graves: Educação, Orientação Educacional, atribuições e aprendizagem.

SUMMARY

Educational Guidance is an important segment of the administrative framework of Teaching Institutions. Based on this assumption, the need arose to carry out this research, whose purpose is to make a historical rescue of the Educational Orientation, from its beginnings, as well as to understand its evolutionary process in the State of Rondônia, through the legal documentation of the Municipal Network of Vilhena. It also aims to know the daily challenges encountered by educational advisors during the course of history construction. The research was carried out with professionals of the Municipal Network of Vilhena, having as collaborators the Pedagogical Managers of SEMED (Municipal Education Department of Vilhena), School Directors, School Supervisors and Educational Advisors. This quantitative approach, using the case study method, used the following instruments: questionnaires, records and semi-structured interviews. A bibliographic review was also carried out on the subject analyzed. The results of the research were satisfactory, since it was plausible to understand the evolution of the Educational Orientation through the bibliographical revisions. Despite the difficulties encountered in the exercise of this profession, the Educational Advisors in the Municipal Network of Vilhena have presented several achievements, managed to fulfill their attributions and giving their contribution to teaching and learning. One of these achievements was achieved in the NAM "Multifunctional Attention Center", where an itinerant team composed of psychologists and institutional psycho-pedagogues will be set up, in partnership with the health team of Vilhena Municipality, to assist students, starting in March of 2019. In order for the work of the Advisor to take place, it is necessary the participation of the entire school community and the Municipal Network of Vilhena.

Serious Words: Education, Educational Guidance, attributions and learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura; 1 Capa da Revista Prospectiva.	Erro! Indicador não definido.
Figura 2 Capa do documento Diretrizes Técnico-Pedagógicas do Serviço de Orientação Educacional	49
Figura 3 Capa do documento Conselho de Classe	53
Figura 4 Capa do documento “Regimento	56
Figura 5 Capa do instrumental para Orientadores Educacionais – Caderno Pedagógico	58
Figura 6 Capa de caderno didático de Orientação Educacional para alunos do Ensino Fundamental	59
Figura 7 Diretrizes operacionais sobre conselho de classe.	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE- Associação Brasileira de Educação
AOE- Associação dos Orientadores Educacionais
AOERGS- Associação de Orientadores do Rio Grande do Sul
CADES- Campanha de Aperfeiçoamento Ensino Secundário
CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT- Central Único dos Trabalhadores
ECA – Estatuto da Criança e Adolescente
EJA- Educação de Jovens e Adulto
FENAPOE- Federação Nacional de Orientadores Educacionais
FONOE - Fundação da Federação Nacional de Orientadores
INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB- Leis Diretrizes e Base da Educação
MEC- Ministério da Educação
NAM - Núcleo de Atendimento Multifuncional
OE- Orientador Educacional
Or. Es- Orientador Educacional
Or. E- Orientador Educacional
PC – Supervisor Pedagógico
PCs – Supervisor Pedagógico
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SEDUC- Secretaria da Educação do Estado de Rondônia
SEMEC- Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Vilhena
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SOE- Serviço de Orientação Educacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A HISTÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	20
1.1 Origem da Orientação Educacional.....	20
1.2 Orientação Educacional no Brasil	22
1.3 Legislações e Formação do OE	24
2 PERÍODO HISTÓRICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	30
2.1 O Período Implementador - 1920 a 1941	30
2.2 Período Institucional - 1942 a 1960	32
2.3 Período transformador - 1961 a 1970	36
2.4 Período Disciplinador - 1971 a 1980	39
2.5 Período Questionador - 1981 a 1990	41
2.6 Período Orientador - 1991 a 2000	43
2.7 A Orientação Educacional no estado de Rondônia.....	47
3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILHENA.....	65
4 PERCURSO METODOLOGICO	67
4.1 Caracterização do campo de pesquisa.....	68
4.2 Sujeitos da Pesquisa.....	70
4.3 Coleta de Dados	73
5 RELATOS E VIVÊNCIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SUAS PERSPECTIVAS 74	
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
7 REFERÊNCIAS.....	99
1 APÊNDICE.....	103
1.1 APÊNDICE ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	103
1.2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	107

INTRODUÇÃO

Quando se busca pesquisar a atuação de um profissional, concebe-se a ideia de que se é possível construir no futuro, através das ações desse profissional, uma prática coerente e profunda. Nesse entendimento a devida pesquisa trilhou o caminho da profissão dos Orientadores Educacionais de Vilhena no estado de RO-Brasil.

A escola é um espaço de construção, ação e aprimoramento dos indivíduos. As instituições de ensino são formadas por vários profissionais que estão encarregados de garantir além da aprendizagem também a formação cidadã e promover, em comunhão, um ambiente o respeito, zelo e emancipação dos alunos.

O Orientador Educacional, está no espaço escolar e é um profissional que atua diretamente com toda a comunidade escolar: a equipe gestora, equipe pedagógica e equipe de apoio, todavia o aluno é a parte prioritária de sua atuação. Nesse sentido o Serviço de Orientação Educacional -SOE- precisa ser em comunhão com todos que participam da escola.

O profissional de OE está presente nas escolas do município de Vilhena como um serviço imprescindível no fazer escolar dessas instituições, cabe a esse profissional da OE acompanhar a vida escolar do aluno e assim garantir que todos tenha acesso ao conhecimento de forma significativa.

A partir de algumas indagações em torno da Orientação Educacional (OE), iniciou-se esta pesquisa, buscando compreender os pressupostos práticos e teóricos que embasam as ações destes profissionais no decorrer da sua história no processo educacional.

Trazemos nesse trabalho primeiramente um resgate histórico da OE descrito no primeiro capítulo seguido de subtópicos complementares retratando a origem da profissão e seus primeiros passos no Brasil.

Ao fazermos uma retrospectiva histórica, vê-se que a Orientação Educacional, no modelo de hoje é novo pois em seus primórdios, tinha como objetivo avaliar as aptidões vocacionais de indivíduos para assim direcioná-los ao mercado de trabalho nesse sentido essa prática se caracterizou como “Orientação Vocacional” e teve início nos Estados Unidos. Sabe-se que a esse profissional, na atualidade, cabe-lhe outras prerrogativas que caracterizam sua ação na escola e que, no entanto, vai muito além de preparação profissional de indivíduos.

Antes da década de 1940, mais precisamente em 1912 houveram breves preocupações com a dimensão social dos alunos onde cogitou-se a leitura de uma ação também voltada para uma OE mais ampla, isso nos EUA. Registra-se a evolução americana desse profissional desde 1885 com o surgimento dos primeiros orientadores em São Francisco, no ano de 1918. Essa profissão foi se caracterizando primeiro pelas práticas vocacionais (mais psicológico) bem significativa depois para a orientação profissional no sentido de direcionar para o que a indústria precisava.

Nesse contexto no Brasil, a Orientação Educacional teve início em 1924, no Liceu de Artes de São Paulo. Em 1931, foi criado o Serviço de Orientação Profissional, com o intuito de orientar os indivíduos para suas escolhas profissionais, com a criação da Instituição Sesi Senai, passando a ser obrigatório a atuação do Orientador Educacional no Ensino Secundário, observa-se que é um trabalho que vai atender, através da escola, as necessidades para a emergência do período industrial do Brasil.

Enquanto legislações afins ou específicas em 1942 surgiram as primeiras leis orgânicas que regulamentavam a Orientação Educacional no Ensino Industrial, porém estes apontavam mais uma prerrogativa da orientação pois além de direcionar para a capacitação e atendimento às exigências do Brasil industrial, ou seja, para o capital ele vai também ter uma função corretiva. O orientador como aquele cuja função seria de corrigir e direcionar alunos “problemas”.

Enquanto formação profissional de 1942 a 1946 as leis Orgânicas passaram a regulamentar a Orientação Educacional, através de certificados de cursos específicos. Em 1970 estes profissionais passam a ser considerados técnicos da educação. No ano de 1971, as Diretrizes e Bases da Educação trazem a Orientação Vocacional, com o foco mais direcionada para educação. No ano de 1980, as funções dos Orientadores Educacionais deixam de ser somente com alunos problemas e passam a auxiliar os educandos no ensino e aprendizagem.

Essa seção traz como ilustração, em tabela, elaborada pela a autora dessa pesquisa, mostrando uma pequena linha do tempo indicando que no Brasil evidenciou-se a presença desse profissional no ano de 1924 a 1942 como um buscador de aptidões vocacionais e em 1942 é inserido na escola como um instrumento do Estado para direcionar a formação dos indivíduos a fim de atender o mercado industrial, mão de obra. E desse período em diante vai se delineando

outras configurações de sua ação até chegar na identidade que temos hoje, todavia com inúmeras particularidades de acordo com as necessidades locais.

Este trabalho segue com a narrativa do período histórico da orientação educacional na seção II. trazendo a contribuição de teóricos desde Grispun, 1994; Cunha, 1994; até pesquisas mais recentes como de Massalai, 2014.

No entendimento de Grispun, 1994 pesquisas dividem a história da Orientação Educacional em cinco períodos e sua transformação juntamente com as políticas educacionais. Ainda nessa sessão verifica-se que a ação do OE pode ser caracterizada como um processo histórico, ou seja, esse profissional foi construindo sua identidade ao longo do processo da educação.

Fizemos uma releitura sobre o período implementador de 1920 a 1941 tempo esse em que a orientação começa a aparecer no cenário educacional brasileiro timidamente muito caracterizado por uma ação voltada a orientação profissional, com ênfase nos trabalhos de seleção e escolha profissional, uma avaliação mais psicológica, pensando no que o indivíduo poderia se tornar ou o que iria fazer como trabalho ou meio de sustento.

Esse período também foi pautado pelos ideais “**escola novista**”¹ que se caracterizou com a ampliação do pensamento liberal no Brasil acreditando que só a educação possibilitaria a construção de uma sociedade livre e democrática, considerando as individualidades e possibilitando uma reflexão subjetiva nos sujeitos para assim esses serem parte participativa dessa sociedade.

Esse pensamento exposto sobre a Escola Nova se relacionava muito com princípios psicológicos, e isso, influenciando imensamente a construção dos sujeitos Orientadores Educacionais da época e de hoje presente nas escolas brasileiras.

A seguir apresentamos os demais períodos iniciando pelo Período institucional que foi de 1942 a 1960 e nesse período os pesquisadores dividem em dois que foi o funcional e o instrumental nessas quase duas décadas vai se delineado as bases legais. É nesse período que houve um momento significativo da história da OE onde houve uma exigência legal da presença desse profissional nas escolas públicas brasileiras.

Trazemos a contribuição do período transformador que permeou uma década da história de 1961 a 1970 e demonstrando uma Orientação Educacional educativa,

¹ Grifo nosso para chamar a atenção para esse período da história da educação brasileira.

com amparo legal, profissionalizou-se quem atuava nesta área através da Lei 5540/68. Na década de 1960, emergiu o aspecto preventivo da Orientação Educacional, a escola vivenciava sua glória, uma vez que era consenso de que a educação seria a responsável pelo desenvolvimento econômico do Brasil. O fazer da orientação era com atividades que prevenisse o conflito na escola e direcionasse para as escolhas profissionais.

Segue-se para o período disciplinador, 1971 a 1980, momento tenso da história do país é ditadura militar A orientação existia como obrigatoriedade nas escolas em virtude da Lei 5692/71 que determina, inclusive, o aconselhamento vocacional. Cria-se o SOE em todo as escolas do país, era a letra da lei.

Logo a seguir descrevemos o Período Questionador na década de 1980, é um período de grandes debates sobre a formação do orientador, e se perguntava sobre sua prática, qual era sua função de fato na escola. Houve momentos de estudos e organização da classe, criou-se confederações e associações nacional a fim de organizar melhor a classe. Esse momento apresenta um novo jeito de fazer a orientação escolar. Prima-se pela ação voltada para necessidade do aluno e a articulação das vozes que pertenciam ao interior da escola. O orientador educacional é também aquele profissional cuja formação inicial, no contexto brasileiro, ocorre em cursos de graduação em Pedagogia ou em cursos de Pós-Graduação. Do ponto de vista da Legislação Educacional brasileira, a Lei 5692/71, em seu art. 10, estabelecia que será instituída a orientação educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade. É um avanço, um período promissor.

Tivemos o Período Orientador - 1991 a 2000 marcado pela nova LDB Lei 9394/96 que pouco fala do OE, exceto na formação no qual inclui como formação inicial o curso de Pedagogia. Há uma nova identidade desse profissional. Vive-se na época de a redemocratização do ensino esse novo orientador traz em si o compromisso na formação plena dos alunos.

Postula-se que o OE está inserido no contexto escolar não para adaptar o aluno a sociedade do trabalho, mas para ajudá-lo a questionar a sociedade vigente. Sua função vai sofrer mudanças em cada região do país perpassando pelas novas tecnologias e por todas as nuances sócios econômicas vigentes como os demais profissionais da educação.

A próxima sessão apresenta a trajetória do OE no estado de Rondônia. Nesse sentido vale lembrar que a Orientação Educacional nas escolas públicas Estaduais de Rondônia começou a surgir na década de 1980, no Período Questionador, é quando o profissional passa a ser parte do quadro profissional dentro das Instituição de Ensino. Período de 1984 a 1990. Processo de redemocratização² da escola pública.

De 1987 a 1988, na Gestão dos governos Ângelo Angelim e Jerônimo Garcia de Santana, começam a surgir alguns documentos que norteariam as práticas do Orientador Educacional no Estado de Rondônia.

No ano de 1985 surge um dos primeiros documentos relacionados “Diretrizes Técnico - Pedagógica do Serviço da Orientação Educacional. Em 1987 surge um documento intitulado “Conselho de Classe”, elaborado por seis equipes que discutiam o Ensino Aprendizagem da época. Surge em 1988 O “Regimento Escolar”, documento direcionado à formação continuada de professores, Orientadores Educacionais, Supervisores Escolares e Psicólogos, oferecido pela SEDUC/RO.

O caderno pedagógico de Orientação Educacional de 1991, foi baseado em um documento da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Houve também um Meu Livro de Orientação Educacional 6ª série foi elaborado pelo Governo Jerônimo Garcia de Santana, e era composto por três capítulos: Fundamentos teóricos da Orientação educacional, sugestões operacionais do Serviço de Orientação Educacional e Sugestões Operacionais de Orientação Educacional para o Ensino de 1º Grau de 5ª a 8ª Séries.

Outro documento que referência a Orientação Educacional é a Resolução nº 069/03, do Conselho Estadual de Educação, de 2003, que destacava as normas que reclassificavam os educandos com altas habilidades.

A Portaria nº 0632/08GAB/SEDUC, de 17 de junho de 2008, tinha a finalidade de regulamentar as Instituições Estaduais de Ensino Fundamental e Médio Regular, é, também, o Ensino Especial e o EJA, passando a ser obrigatória no Regimento Escolar.

² Redemocratização é o processo de restauração da democracia e do estado de direito em países ou regiões que passaram por um período de autoritarismo ou ditadura

A Portaria nº 0436/10 – GAB/SEDUC de 19 de março de 2010 traz as competências dos profissionais da Orientação Educacional, do Supervisão Escolar e do Psicólogo Educacional da rede Estadual de Rondônia.

O presente trabalho de dissertação salienta o contexto histórico da educação em Vilhena, o surgimento da primeira escola, a partir da Instituição de Ensino “Wilson Camargo Coutinho”, Decreto Nº 353, de 10/08/1960. A pesquisa de campo nos traz a possibilidade de entender como surgiu a Orientação Educacional no Município de Vilhena, e as problemáticas encontradas no decorrer deste processo, através de relatos dos Orientadores Educacionais.

Trazemos como objetivo geral: Identificar as dificuldades encontradas pelos Orientadores Educacionais dentro do âmbito escolar, Equipe Gestora, educandos e família. Tendo como objetivos específicos : Descrever as questões enfrentadas pelo Orientador Educacional no seu cotidiano;- Verificar a relação psicossocial do Orientador Educacional no desempenho de suas atribuições;- Relacionar a importância do Orientador Educacional na comunidade escolar de uma forma global;- Discutir os aspectos teóricos para obter subsídio para minha investigação em relação aos Orientadores Educacionais;- Refletir a importância deste profissional no desenvolvimento junto à comunidade escolar.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do paradigma qualitativo, utilizando o método de estudo de caso e os seguintes instrumentos: questionários, análise de documentos, registros em escolas, livros escolares, bibliografias locais, legislações educacionais e entrevistas semiestruturadas.

Foi realizado uma revisão bibliográfica sobre a temática analisada. A abordagem qualitativa e os estudos foram direcionados aos fenômenos sociais através de coleta de dados fazendo análise de problemas de cunho social apresentado - se por descrições através de entrevistas, questionários e registros através de fotos e documentações para um melhor entendimento do objeto de pesquisa em questão.

A pesquisa pontou pontos importante no fazer desses profissionais. as discussões não se encerram com uma pesquisa, todavia abre caminhos para novas práticas. A pesquisa contemplou uma perspectiva crítica e contemporânea, na atuação dos Orientadores Educacionais, inerentes as questões pedagógicas e ético-profissionais e sua contribuição nas escolas. O profissional tem a necessidade de

compreender o desenvolvimento cognitivo do seu aluno, sua afetividade, emoções, sentimentos, valores e atitudes.

O Serviço de Orientação Educacional - SOE não atende somente alunos indisciplinados e alunos problema, mas também atua na promoção da interação da cultura escolar e outras culturas e com a finalidade de garantir o acesso igualitário ao saber. Esse profissional desponta como ator imprescindível nas instituições educativas, fazendo a ponte entre família e escola. Ainda há muitos desafios, enquanto reconhecimento profissional, todavia a caminhada desse profissional, ao longo de década, tem mostrado que o serviço de OE tem sido parte fundamental na formação escolar dos alunos do município de Vilhena/RO.

1 A HISTÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Nesta sessão apresentamos os horizontes da história da Orientação Educacional, compreendendo: sua origem, OE no Brasil, trajetória, formação e legislação.

1.1 Origem da Orientação Educacional.

A caminhada da orientação educacional como também seu significado foi sendo re/construída(o) através do tempo, do contexto histórico e social no qual esse profissional esteve inserido.

Esse processo histórico iniciou-se a partir do século XVI, nos EUA. Em sua gênese, a OE, não tinha a identidade de hoje pois estava, muito, vinculada à psicologia fazendo uso de testes psicotécnicos relacionando aptidões individuais das pessoas que procuravam pelo trabalho desses profissionais. (BARROS, 1999) Isso significa que desde os seus primórdios a OE vem construindo, *tijolo a tijolo*, sua identidade e, conseqüentemente a sua atuação profissional considerando sempre as intempéries sociais e educacionais.

Nesse pensamento é importante registrar que o exercício da profissão estava relacionado a aptidões de cada pessoa, ou seja, era um trabalho mais vocacional voltado para compreender e encaminhar o indivíduo colocando-o na sociedade do trabalho em comunhão com suas habilidades. (GRISPUN, 2011)

Ao contextualizar a história do OE e refletir sobre suas origens registra-se que foi nos Estados Unidos no ano de 1908, segundo Grispun (2011), que aconteceram as primeiras ações desse profissional. Em Boston, 1908, em pleno avanço tecnológico no movimento político Antitruste³, Parsons criou um sistema de Orientação Educacional voltada a um trabalho com adolescentes que ainda não haviam escolhido uma profissão, ou uma carreira.

Mais adiante Grispun (2011) postula que nesse período esse profissional apareceu com a função de aconselhamento, através da psicometria, (Medida

³Movimento iniciado nos Estados Unidos que prega a mudança de foco da lei concorrencial. Tradicionalmente, o Direito Concorrencial norte-americano segue duas vertentes. A primeira, representada pela Escola de Chicago, defende que os mercados funcionam melhor sem intervenção estatal e que o poder de mercado seria uma recompensa natural pela eficiência econômica. A segunda, representada pela Escola de Harvard, entende que o Estado deve intervir para evitar abusos do poder de mercado.

quantitativa da força e duração dos fenômenos mentais, medida do grau de) inteligência). Isso deu-se em pleno desenvolvimento e revolução industrial, ou seja, esse indivíduo era preparado pelo Orientador Educacional para atender as necessidades produtivas que estava em ascensão.

Nesse sentido o OE focalizava sua ação na averiguação das potencialidades mentais com novas práticas pedagógicas. Isso significava que o OE aplicava testes padronizados que verificava a condição emocional do candidato ao mercado industrial para assim prever se esse poderia se enquadrar àquela necessidade. (BATISTA, 2010)

Em relação a sua atuação nas escolas esse profissional aparece, na literatura, como membro pertencente a equipe escolar somente em 1912, em Detroit, nos Estados Unidos, através de Jessé Davis, que direcionava seu trabalho nas particularidades básicas das problemáticas da vida social dos alunos em fase escolar. Vê-se aí que a OE vai se construindo de acordo com as necessidades vivenciadas na sociedade.

Batista (2010) esclarece que o atendimento da orientação deixou de ser apenas vocacional para também englobar outros desafios sociais inerente a vida da escola e de seus alunos, tendo como pressupostos teóricos os princípios norteadores da educação, e na década de 40, também se incorporou a Orientação Profissional.

No quadro a seguir, uma pequena descrição da história orientação escolar nos Estados Unidos, publicada por Schimdt e Pereira (1964).

Tabela 1 linha do tempo da orientação educacional americana

1895	Evolução Histórica da Orientação Educacional
1895	Surgimento da Orientação Educacional em São Francisco
1898	A Orientação Educacional em Boston com Frank Parsons
1902	1ª Conferência de Orientadores Educacionais em Chicago
1912	A orientação Educacional é instituída nas organizações escolares de Detroit com Jesse Davis
1918	Aplicação do foco da Orientação Educacional com o estabelecimento dos princípios da Educação

Fonte:(escrita por Schimdt, 1964 e adaptada pela autora desta pesquisa)

Considera-se, a partir da tabela, que desde 1895 havia a ação e atuação desse profissional, entretanto no cotidiano das escolas só aconteceu em 1912 com a

mesma atuação do seu início, fora da escola, mesma intenção de orientar os alunos quanto à profissionalização e à sua inserção no mercado de trabalho o que na atualidade conhecemos como Orientação Vocacional. Com o passar do tempo esse contato direto do profissional com os alunos, dentro da escola tinha também a intenção de perceber as dificuldades, as dúvidas e os conflitos que os estudantes além da escolha da profissão.

Passa-se a compreender, segundo Grispun (2011), que o fator biopsicossocial do educando tinha muita relevância para a concretização do seu processo educacional; tanto que durante muito tempo entendeu-se Orientação Educacional como uma espécie de aconselhamento. No próximo tópico veremos parte de sua trajetória no Brasil.

1.2 Orientação Educacional no Brasil

Historicamente o Orientador Educacional é um colaborador do processo pedagógico nas instituições de ensino, nas questões de ajustamentos aluno, família e sociedade. Na atualidade seu foco principal é o desenvolvimento do educando no processo de construção da cidadania.

No Brasil, as primeiras atuações da Orientação Educacional, assim diz Grispun (2011, p. 26) “deram-se no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo em 1924 com grande influência da orientação americana, em especial o counselling (aconselhamento), e da orientação educacional francesa”.

As primeiras tentativas foram através do diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, Lourenço Filho, que criou o Serviço de Orientação Profissional e Educacional, em 1931, com o objetivo de orientar os indivíduos em suas escolhas profissionais. “[...] em 1931 por Lourenço Filho, fundou-se o primeiro serviço público de Orientação Profissional”. (PORTO, 2009, p.23)

Até a década de 1920, o Brasil constituiu atividades isoladas na área da Orientação Educacional com aconselhamentos interligados a valores dogmáticos e subjetivos. Grispun, (2009, p.1) escreve:

Até a década de 1920, a Orientação Educacional no Brasil constituía-se de atividades esparsas e isoladas, em que fazia presente o cunho de aconselhamento, ligado a uma moral religiosa. A partir da década

de 1920, houve a necessidade de formação para essa nova realidade de trabalho.

Nesta mesma época houve um grande avanço nos centros urbano-industriais, havendo a necessidade de novas formações para os trabalhadores assim o ensino profissional começou a ser implantado pela Orientação Educacional, que adotou uma linha de aconselhamento.

A década de 1920 a 1930 no Brasil segundo Nérici (1988) foi marcada por uma porção muito significativa de discussão e debates sobre a educação, e nesse contexto levanta-se debates em vários segmentos dentre esses segundo o autor estão debates Socialistas, liberais, conservadores e outros, muitas pessoas influentes de todos os partidos políticos da época. Vale contextualizar que em 1929, 65% da população de 15 anos era analfabeta, estava fora da escola. (NERICI, 1988)

A escola nova teve seu marco desse contexto, apesar da educação, ainda, na época, ser muito elitista. Narra Nérici (1988) que a tendência escola novista tinha as ideias de transformar a sociedade oferecendo educação a todos como um instrumento transformador. Podemos citar que nesse período eufórico da educação aconteceu a criação da associação Brasileira de educação -ABE-(1924) essa entidade promoveu grandes reflexões em torno do fazer educativo escolar.

No contexto apresentado a Orientação Educacional passou a desempenhar papel importante; a ABE passou a oferecer curso de extensão sobre Orientação Educacional em suas escolas, havendo uma necessidade em ordem social para orientações nas escolas. (SANTOS,1986),

Foi o movimento dos escola novistas que rompeu-se com o ensino tradicional, apresentando-se novos caminhos para educação acrescentando novas técnicas, exigindo uma escola não elitista, porém obrigatória e gratuita para todas as classes sociais.

Carvalho (2005) lembra que, pensar numa escola para todas as camadas sociais implicou que a realidade e complexidades pessoais dos alunos passaram a ser consideradas e abordadas em sua vida acadêmica ao contrário da educação tradicional que não respeita as individualidades. Ainda Carvalho (2005, p. 33)

Vê-se o aluno “além dos muros da escola”, como um indivíduo dotado tanto de capacidades como de carências, certezas e dúvidas; que passa por momentos e situações diversas. É o lado psicológico gritando por ajuda. É momento de a Orientação Educacional mostrar seu papel!

No início do século XX, deu-se uma ampliação natural no campo da Orientação no Brasil, Para Nérici (apud PORTO, 1988, p. 64) coube ao OE nesse período [...] “assistir o educando no desenvolvimento de todas as suas estruturas – física, mental, moral, social, estética, científica, política e religiosa”. Observa-se que a OE acontece na escola, mas não nasce nela. Desenvolve-se nela não para atender o aluno. Acontece para atender as necessidades do mercado. Seguimos na próxima seção com as legislações no Brasil.

1.3 Legislações e Formação do OE

Na década de 1940 - Decreto Lei 4073/42 - Na Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, pela Reforma Capanema, é instituído oficialmente o Serviço de Orientação Educacional no Brasil, tendo o objetivo de correção e encaminhamento dos alunos-problemas. As primeiras referências sobre a Orientação Educacional foram através desse decreto com as seguintes funções:

Corrigir e direcionar para atendimento os educandos com problemas, verificar como os alunos estavam sendo atendido pela escola conforme as normas pedagógicas, auxiliar e esclarecer aos educandos possíveis dúvidas e orientar em seus estudos, para que de uma forma solitária busque sua profissionalização. (BRASIL, 1942)

A partir desta Lei a Orientação Educacional foi divulgada em todo o território nacional acompanhada do incentivo de criação do Serviço de Orientação Escolar - SOE em todas as escolas, baseando-se no Decreto Lei.

A OE nos anos de 1942 a 1946, pelas leis orgânicas, tinha uma preocupação quanto à qualificação profissional, o que era definido pela política econômica do momento. Grispun (1992, p. 36) lembra que:

1942 a 1946 – A preocupação com a qualificação profissional se atrelava à redefinição político econômica em curso. Ganhou visibilidade e foi legalmente instituída, tornando-se obrigatória no ensino secundário, primando pela educação vocacional.

Essas leis orgânicas (1942 a 1946) marcaram o desenvolvimento da Orientação Educacional tendo como marca, a qualificação profissional dos seus

orientandos. E essa prática era redefinida pela política econômica. Se a escola não desse conta esse serviço era exercido por esses profissionais do ensino técnico. Como Diz Pimenta (1981, p. 65):

São ainda promulgados, durante o Estado novo, o Decreto-lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI) e, após o Estado Novo, os Decretos –leis 8621 e 8622, de 10 de janeiro de 1946, que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)[...] **Estes dois serviços são criados com a finalidade precípua de preparação rápida de mão-de-obra, pois que sistema educacional não possuía a infraestrutura necessária à implantação, em larga escala, do ensino profissional.**⁴

O principal propósito da Orientação Educacional era o ensino técnico, para formação de mão-de-obra especializada, sendo o caráter terapêutico, preventivo e psicometrista que qualificava aptidões e inclinações de cada indivíduo. Foi pelas exigências econômicas da indústria e forma de trabalho que, nesse momento, ocorreu a criação das instituições Senai e o Senac.

Década de 1960 - Lei de Diretrizes e Base/ Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. O art. 62 celebra que: “a formação de orientadores de educação será feita em curso especiais que atendam as condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.”(BRASIL,1961).

Isso significou que a formação do orientador estaria atrelada as necessidades que o Estado estivesse vivenciando. Consequentemente a Orientação Educacional tornou-se obrigatória no ensino secundário, passando a executar a Orientação Vocacional e para atender essa demanda. Como consequência ganhou visibilidade e legalidade, passando a ser obrigatória no ensino secundário primando pela Orientação Vocacional

Lei Nº 5.564/1968. Essa lei, revogou leis anteriores e preveu sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional. Determina a função na prática do OE, esclarece quem deve exercer essa função, fala do órgão de registro da profissão e o considera docente, ou seja, deve dar aulas de orientação educacional. A lei não exemplificava ou delimitava quais os conteúdos dessa docência e como deve acontecer enquanto currículo ou carga horária. Segue os artigos:

⁴ Grifo nosso para enfatizar que a orientação profissional tinha que acontecer independente se fosse na escola, ou não para atender o capital industrial.

Art. 1º A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas. [...]

Art. 5º Constituem atribuições do orientador educacional além do aconselhamento dos alunos e outras que lhe são peculiares, lecionar as disciplinas das áreas da orientação educacional. (BRASIL, 1968)

Década de 1970 - criam-se as associações de supervisores e orientadores que passam a ser considerados tecnicistas da educação. As escolas passaram a desenvolver, de uma forma segura e eficiente, atividades de cunho burocrático

A Lei 5.692/ 71, em seu art. 10º, declarava-se que a Orientação Educacional seria instituída obrigatoriamente, incluindo aconselhamento vocacional em cooperação com os professores, a família e a comunidade. Grinspun (2006) acrescenta que:

“O Decreto-lei 69.450/71 e a Res. 2/72 fixaram outras atividades para a Orientação Educacional; o Parecer 339/72 ressaltou a importância da sondagem de aptidões, com isso reforçando o uso de técnicas apropriadas para o conhecimento das “vocações” dos alunos” (BRASIL, Parecer 339/72, p.146).

Decreto-Lei 72.846/73, regulamenta a Lei n.º 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional.

Art. 1º. Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas. (BRASIL 1973)

Portanto o orientador educacional deveria prestar assistência ao aluno a partir do planejamento estabelecido no Decreto, em harmonia com os interesses do Estado, sendo que o indivíduo teria que se conformar com sua situação perante a sociedade dominante, a qual destinava o ensino profissionalizante aos menos favorecidos, para que pudessem entrar no mercado de trabalho

Quanto a formação para ser orientador o decreto ainda previa:

Art. 2º. O exercício da profissão de Orientador Educacional é privativo:

I Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos

II - Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

III - Dos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam (BRASIL, 1973)

Os primeiros cursos na área da Orientação Educacional foram nos ensinos técnicos para formação de mão de obra especializada, porém, ao mesmo tempo, era de caráter terapêutico e preventivo, através da abordagem psicométrica, que identificava aptidões e dons dos indivíduos.

Os primeiros orientadores foram formados pelo ensino normal, e estes profissionais, por sua vez, passaram a trabalhar com o primário. As faculdades de filosofia formavam profissionais para o atendimento de alunos do Ensino Médio.

Na lei acima citada, a Orientação Educacional vinha com intuito de contribuir para uma formação integrada na personalidade, e seu ajuste na sociedade. As principais áreas de abrangência eram a orientação escolar, psicológica, profissional, da saúde, recreativa e contexto familiar.

Após a ditadura militar no ano de 1964, o curso de pedagogia sofreu algumas reformulações para questões vigentes da época, sendo criadas novas habilitações para os técnicos relacionadas à Educação.

Abriram-se as habilitações dentro da pedagogia com as disciplinas para áreas determinadas como: Supervisão, Orientação, Administração, disciplinas das matérias pedagógicas.

Através da Lei 5.540/68, de acordo com o, foram determinadas as licenciaturas em habilitações e a formação dos especialistas de educação, (supervisor e orientador educacional, administrador e inspetor escolar), acrescentando assim, as responsabilidades desses profissionais, impondo com urgência a reformulação do curso de Pedagogia e das licenciaturas. Nesse período também cabia ao orientador atender os alunos com dificuldades de ajuste nas escolas, disciplina.

Década de 1980. No ano de 1980, os orientadores deixam as funções de atender os alunos-problemas e passa a ser facilitador do ensino e aprendizagem e com o passar do tempo, seu compromisso e mais político com a escola.

As produções acadêmicas direcionadas a Orientação vai se ampliando de uma forma crítica e questionadora, os orientadores por sua vez adotam uma função política e comprometida com as causas sociais, assim discute mais sobre o papel desta profissão na educação.

A tabela a seguir retrata uma organização na linha do tempo da orientação educacional no Brasil.

Tabela 2 Histórico e legislações da orientação no Brasil

1924	São Paulo – Brasil – Orientação e Seção profissional com Roberto Mange.
1939	Rio de Janeiro – Brasil – 1º Serviço de Orientação Educacional na escola – Colégio Amaro Cavalcanti com Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Shmidt
1942	Brasil – Decreto – Lei nº 4.073 (Lei de Capanema) oficializa a Orientação Educacional no Ensino Industrial
1957	1º Simpósio de Orientação Educacional
1961	LDB da educação nacional – Lei nº 4.024/61
1966	Porto Alegre – Fundação da Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE)
1968	Lei 5.540/68 – Formação do Orientador Educacional em nível superior
1971	Lei. 5.692/71 – Confirma a obrigatoriedade do Orientador Educacional.
1980	Objeto de estudo: sujeito histórico – crítico e social
1988	Filiação da FENOE à CUT
1990	Filiação da FENOE a CNTE e extinção da FENOE.
1996	LDB – artigo 64 – formação de profissionais de educação não traz obrigatoriedade da Orientação Escolar

Fonte: Tabela elaborada pela autora dessa pesquisa

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 - Lei 93 94/96-, fundamentada a educação nos princípios da democracia. Em seu conteúdo

não há menção direta sobre a Orientação Educacional como na LDB lei anterior, é um retrocesso, exceto a abordagem dada para a formação deste profissional:

“Art. 64. A formação de profissionais de educação par a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.” (BRASIL, 1996).

A OE, hoje, caracteriza-se por uma ação muito mais ampla no sentido de sua ação pedagógica. Possui características mediadoras junto aos demais educadores, atuando com todos os atores da escola na construção da cidadania.

2 PERÍODO HISTÓRICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Cada período histórico da educação traz consigo novos paradigmas do processo da transformação da Orientação Educacional. No Brasil isso ocorreu através de políticas vigentes atreladas as tendências pedagógicas.

A Orientação Educacional no Brasil está dividida em cinco períodos: Período Implementador (1920 a 1941); Período Institucional (1942 a 1960); Período Transformador (1961 a 1970); Período Disciplinador (1971 a 1980); Período Questionador (década de 80) e Período Orientador (1990 em diante).

2.1 O Período Implementador - 1920 a 1941

O Período Implementador começou timidamente associado à Orientação Profissional, com ênfase na seleção de escolha profissional, no Brasil e no mundo, de uma forma geral, dentro de um contexto pedagógico. A abordagem didática era clássica associada à primeira, na Primeira República.

O ideário da Escola Nova ou Escolanovismo marca a Educação Brasileira, com seus princípios, métodos e técnicas que teve início em 1918.

Em 1920, o Escolanovismo⁵ surge juntamente com a ideologia liberal, que contribui com a ampliação da literatura educacional, teóricas e novas publicações sobre a Escola Nova. Surge então o movimento reformista na educação formal públicas.

A propagação do ideário do Escolanovismo no Brasil evidenciou a importância do liberalismo, provocando, com suas mudanças, grandes transformações na ordem político-social do país, estabelecendo novas doutrinas. Dessa forma, ficou claro o início do movimento educacional, num formato mais amplo no âmbito social.

O Escolanovismo passou a criticar o ensino tradicional, e transformar o processo de aprendizagem através de ajustes dos perfis e capacidades dos alunos.

⁵ O termo deriva da Escola Nova, também chamada de Escola Ativa ou Escola Progressiva, foi um movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX

A Escola Nova tinha em sua concepção a infância de forma integral. De acordo com Massalai (2014, p. 39 apud Antunes), “Na década de 1920, o currículo das escolas normais passou acentuar o papel da psicologia. Sob o nome Psicologia Geral apareceram itens sobre as crianças seus interesses, necessidades e diferenças individuais através de subdivisões como: Psicologia do Desenvolvimento, Psicométrica e Psicologia Educacional”.

A psicologia passou a ser uma ciência que trazia recursos e transformava a escolarização com técnicas racionalizadas, através de testes psicológicos por dispositivos legais. Segundo Cunha (1994, p. 65)

“Coube à Psicologia, devido aos conhecimentos que traz a respeito da criança, a responsabilidade pela ênfase na organização de programas de ensino que levasse e as necessidades dos educandos. Embora caracterize o período como sendo de “exaltação individualista” Nagle detecta nele certas manifestações sugestivas, isto é, que o escolanovismo se encaminhava para “algumas afirmações de tendência social [...] a escola nova enxergava para além do indivíduo como ser psicológico, para além do aluno como ser isolado do meio social”

Os desígnios antes expostos sobre a Escola Nova resguardaram a abrangeram a psicologia, através da escolanovismo, influenciando imensamente o gerar dos Orientadores Educacionais na trajetória da história presente nas escolas brasileiras.

O período de (1920-1940) teve um marco importante na Orientação Educacional, com a ida da professora Aracy Muniz Freira, em 1934, para os Estados Unidos, com desígnios de inovar a disciplina de Orientação Educacional, na Escola Comercial de Amaro Cantí, no Rio de Janeiro.

Cita Sanches (1996. P. 28)

“As educadoras Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt, em 1934, implantaram na Escola de Comércio “Amaro Cavalcanti” o serviço de Orientação Educacional. Aracy Muniz Freire, inclusive, escreveu a primeira obra nacional sobre a profissão, sob o título A Orientação Educacional na Escola Secundária, em 1940”.

Considerada uma das maiores precursoras da época, da Orientação Educacional no Brasil, a Professora Maria Junqueira divulgou e criou cursos, conferências e documentos importantes.

Participou do CADES (Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino

Secundário), e foi colaboradora do Ministério da Educação e Cultura, criando cursos no Brasil, ligados ao “Serviço de Orientação Educacional” nas Instituições de Ensino, incentivando os docentes a buscar especialização para a função de Orientador Educacional.

No ano de 1934, a educadora Aracy Muniz Freire tentou, por várias vezes, instalar o serviço de Orientação Educacional no Brasil, na Escola Amaro Calvalcanti, no Rio de Janeiro, porém obteve êxito somente em 1939.

Em 1937, foi criado um Instituto Psicotécnico Gabinete no antigo Instituto profissionalizante, para orientação dos alunos do 1º ano, para escolha dos cursos profissionalizantes secundários, através de análise dos testes psicométricos, tendo como diretor, Roberto Monge, em 1937. Dando sequência a seu trabalho, o também diretor Professor de Barros Santos até presidiu o instituto até 1942. Durante muito tempo, as escolas brasileiras tinham a Orientação Educacional sem caráter científico.

Em 1938, O instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) designou uma subdivisão, em esfera nacional, para implantação da Orientação Educacional.

O conceito de Orientação Educacional nesta época era extenso e precário. A Orientação era vista como “a panaceia para todos os fracassos dos processos educativos “(Freire, 1940 p.14). A Orientação Educacional estava diretamente interligada com a Orientação Pedagógica, com intuito de remediar as dificuldades encontradas no ambiente escolar.

2.2 Período Institucional - 1942 a 1960

A orientação Educacional no Brasil teve uma grande contribuição do psicólogo Manuel Bergstrom Lourenço Filho, que foi uns dos defensores da implantação da Orientação Educacional nas escolas brasileiras. Foi considerado um dos primeiros psicólogos brasileiros que colaborou para Psicologia como ciência e para que ela se tornasse profissão, servindo de base de sustentação para a Educação, e se estendendo para a Orientação Educacional. Teve grande influência na prática de Orientação Educacional no Escolanovismo. De acordo com Giacaglia (2015, p.23)

Para melhor conhecer e aquilatar a importância desses movimentos incipientes da história do OE, em nosso país, recomenda –se a leitura dos escritos dos próprios pioneiros da implantação da OE no Brasil, tais como: O artigo de Lourenço Filho, intitulado “Orientação Educacional” publicado na Revista Estudos Pedagógicos, em 1945, vol. 5 número 13, e o artigo de Noemi da Silveira Rudolfer, intitulado “o primeiro serviço de Orientação Profissional e Educacional no Brasil”

A psicologia proporciona subsídios teóricos e instrumentais na educação contemporânea, nos campos educacionais das escolas brasileiras. A orientação Educacional é uma invenção simples da Pedagogia nova, por que formalizou suas objetividades mentoras, nas escolas, com enfoques psicológicos da educação. Foi responsável pelo fortalecimento do pensamento da Escola Nova dentro das instituições de ensino na educação brasileira.

Antunes (2006), em suas pesquisas e publicações entre os anos de 1930 e 1962, mostra a regulamentação da Psicologia como profissão, pela lei nº 4.199. Nos 32 anos de estudos, em suas 119 publicações, sempre tentou mostrar a Psicologia e sua conexão com a educação: Segundo Antunes, (2006. p. 85)

[...]com exceção das produções psicológicas de caráter geral, a Educação é o campo que apresenta uma quantidade de produção significativamente maior que os demais, mantendo de certa maneira a tendência já verificada no período anterior da história da Psicologia no Brasil, embora seja evidente que os campos de atuação do psicólogo se ampliam consideravelmente. A isso se deve acrescentar o fato de que muitas produções consideradas como pertinentes ao campo do Trabalho guardam estreita relação com Educação, sobretudo aquelas relacionadas à Orientação Profissional, geralmente tratada no âmbito Orientação Educação, cuja base teórica encontra-se valem, em especial da Psicométrica.

A orientação educacional trouxe, em seu início, um caráter psicotécnico, mantido até hoje, por alguns profissionais em suas práticas. Para melhor entendimento, é interessante que nos deleitamos nos escritos dos pioneiros que implantaram a Orientação Educacional. Para Giacaglia (2005, p.25)

[...]Para melhor conhecer e equilibrar a importância desses momentos incipientes da história da OE em nosso país, recomenda-se a leitura dos escritos dos próprios pioneiros da implantação da OE no Brasil, tais como: o artigo de Lourenço Filho, intitulado “Orientação Educacional”, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1945, vol.5, número 13, e o artigo de Noemi da Silveira Rudolfer, intitulado: “ O primeiro serviço de Orientação

Profissional e educacional no Brasil” publicado no mesmo exemplar da mesma revista.

Os relatos de experiência de Aracy Muniz Freire e Noemi Silveira Rodulfer, que foram averiguar, por diversas vezes, as circunstâncias e funcionamentos das instituições de ensino americanas contribuíram profundamente para influenciar e para implantar a Orientação Educacional no Brasil.

As documentações criadas e publicadas em Revistas Brasileiras oportunizaram na Capital do País, sob a chefia do professor Manuel Marques de Carvalho, subsídios para os trabalhos da Orientação Educacional. Estas informações sobre os cursos escolares, em todos os níveis e ramos do ensino, que existiam naquela época, na Cidade do Rio de Janeiro, oportunizaram estas experiências em outras cidades Brasileiras.

A expressão orientação educacional apareceu oficialmente no Brasil no Decreto-lei nº4.073, de 30 de janeiro de 1942, (Lei Orgânica do Ensino Industrial). Esta lei foi a primeiro passo decisivo para estabelecimento da orientação educacional. No mesmo ano, introduziu-se a orientação educacional no ensino secundário (Decreto-lei n. 4.224, de 1942). Logo após, seguiram-se medidas idênticas no ensino comercial (Decreto-lei n.º 6.141 de dezembro de 1943) e no agrícola (BRASIL 1946).

As leis Orgânicas nasceram durante o Estado Novo e contribuíram para melhoria das ordenações e estrutura da Orientação Educacional. Em 1940, a Orientação Educacional teve suporte legal, porém a presença deste profissional, tão necessário dentro das instituições de ensino, não foi concretizada devido à falta de recursos humanos em número suficiente e nem formação adequada para cumprir as exigências legais.

Os cursos oferecidos eram de caráter emergencial. O primeiro curso oficial noticiado, para formação de Orientadores Educacionais no Brasil, ocorreu em 1945, na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em Campinas, no Estado de São Paulo. No final da década de 1940 e no início de 1950, foram criadas duas escolas estaduais que incluíam no quadro gestor Orientadores Educacionais. Nessa época, porém, eram raros os profissionais do sexo masculino, contrariamente ao que ocorria nas primeiras series do ensino fundamental.

Nesse período, a maior parte dos educadores dos cursos ginásial e colegial era do sexo masculino, fato que contribuía para que o trabalho das Orientadoras

Educacionais aparecesse de uma forma assistemática e esporádica. Estes profissionais tinham que intermediar a relação dos professores com as alunas, o que era facilitado por serem as classes homogêneas, já que, na parte da manhã, estudavam os meninos e, na parte da tarde, as meninas.

Os educadores do sexo masculino, neste período, não conversavam com suas alunas assuntos de cunho íntimo como: menstruação e questões afetivas, os “namoros” eram tidos como tabus e o diálogo não era tratado de forma aberta pelos professores.

Gabaglia relata em sua obra, em janeiro de 1950, o Regime Interno dos Colégios e Ginásios Estaduais do Estado de São Paulo (ato nº 10 de 27/1/ 1950), dedicando o Capítulo VI, à Orientação Educacional nessas escolas. Em seu artigo 26, encontra-se arrolado o que deveria competir ao Orientador Educacional segundo o autor são competências da Orientação Educacional:

Auxiliar os alunos a conhecer as oportunidades educacionais da cidade, do estado e do País; levar os alunos a conhecer as profissões e a compreender os problemas do trabalho, de forma que passem preparar-se para a vida na comunidade; auxiliar os alunos a realizar os seus objetivos educacionais; estudar os problemas escolares que lhe forem propostos pelo diretor e pela Congregação; organizar ficha dos alunos; Cooperar com os professores, no sentido da boa execução dos trabalhos escolares, e dentro de suas atribuições, com o diretor; velar para que o estudo, a recreação, o descanso dos alunos decorram em condições de maior conveniência pedagógica; cooperar com a bibliotecário na orientação da leitura dos alunos;[...] (SÃO PAULO, 1950)

Observa-se que a lista de atribuições que o legislador atribuiu ao Orientador Educacional é bastante ampla, sendo os primeiros itens de natureza profissional, com base disciplinar, os demais, predominantes, na atualidade, no âmbito escolar.

No começo da década de 1950, ocorreu o primeiro concurso para cargos efetivos de Orientador Educacional, com aprovação de 21 candidatos, e que foram insuficientes para a demanda da época. Havia uma preocupação grande por parte das autoridades nas formações e atuação do profissional da OE.

Na década de 1950 e início da de 1960, ocorreram alguns seminários, simpósios e estudos em múltiplas comarcas do Brasil promovida pela Diretoria do Ensino Secundário Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio das Cades.

Como cita Massalai (2017). Em 1957, aconteceu o primeiro simpósio de OE em São Paulo, cujo o tema era implantar a ação desse profissional nas escolas médias.

Naquele período, cabe assinalar ainda o início dos Congressos e Simpósios de Orientação Educacional. Estes eventos que, segundo Santos (1987), foram promovidos pelas categorias, desde 1957, se configura com instâncias privilegiadas de apreensão do embate entre a questão da legitimidade legal e a realidade da Orientação Educacional nas escolas e que também foram apoiados pelo MEC até 1968 e, daí em diante, pelo FENOE²² e que aconteceram até 1988, quando a Federação Nacional de Orientação Educacionais filia-se à Central Única dos Trabalhadores, integrado posteriormente e Confederação Nacional em Educação.(MASSALAI,2014)

O segundo simpósio sucede em Porto Alegre, em 30 de julho de 1960, com objetivos debater a “organização e Estrutura da Orientação Educacional. Como afirmou Amado (1960, p. 21) que:

A orientação Educacional é o eixo da moderna educação do adolescente. Por seu intermediário, especialmente, a escola assume a grande função de formar personalidades. A evolução da Orientação Educacional acompanha o movimento pedagógico contemporâneo. A Orientação é fio condutor, o instrumento ordenador, o processo de análise e de triagem das capacidades para seu mais completo e mais fecundo aproveitamento. Transformará a velha escola instrutiva de nosso meio na escola viva, pesquisadora e orientadora das aptidões e dos interesses. Guiará os alunos de acordo com as suas singularidades, para que possam ter maior rendimento suas virtualidades vocacionais. Inspirando-se nas conquistas da Psicologia individuais da psicologia Social, buscar realizar esse equilíbrio com que a escola se adapte à necessidades e aspirações dos alunos e as preparar para exigências profissionais e sociais futuras.

A Orientação Educacional era conceituada pelo seu caráter funcionalista, sendo o maior objetivo do Estado, gerar mão de obra para o auxílio do desenvolvimento do país, por meio do empenho e aptidões dos jovens. Para Grinspun (1987), a Orientação Educacional corroborava com um discurso de um ensino diferente para diferentes classes sociais, mascarava as contradições ideológicas do seu papel, legitimando nesse processo, as desigualdades sociais.

2.3 Período transformador - 1961 a 1970

Na década de 60, a Orientação Educacional começa a florescer,

transformando a escola mais viva e em grande momento de ampla importância, uma vez que a educação era responsável pelo desenvolvimento do país. Conforme diz Massalai (2014) a Orientação Educacional tem início o período da ditadura militar que vai até 1985, oficialmente. [...] aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20.12.1961, que tramitou por treze anos no Congresso Nacional, cujas questões principais eram a centralização *versus* descentralização, e ensino público *versus* ensino privado” (2014, p.69).

Esta lei reafirma a obrigação da Orientação Educacional, constituindo normas para a formação de orientadores de ensino primário e médio.

Os artigos abaixo concretizam a legalização do profissional de Orientação Educacional:

Art.38 – Na organização do ensino de grau médio serão observadas as seguintes normas: V – instituição da orientação educativa e vocacional em Cooperação com a família.

Art.62 – A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art.63 – nas faculdades de Filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação de orientadores de educação do Ensino Médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em Pedagogia, Filosofia, Psicologia ou ciências Sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art.64 - Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a colegial e em institutos de educação, com estágios mínimos de três anos no magistério primário. (BRASIL, 1961)

A lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o ensino secundário passa a ser mais frequente, nas escolas particulares. Um dos períodos de fundamental relevância e a lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamentou o profissional de psicologia.

A Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, designou a Orientação Educacional para uma linha mais voltada a psicológica preventiva, reforçando o ideal para as aptidões naturais. Nérci descreve:

O Parecer n.º 79 do Conselho Federal de Educação, de 12 de maio de 1962, sugere exames de suficiências para atender ao registro dos orientadores educacionais. O parecer n.º 137, de 6 de junho de 1962, procura uma solução provisória em caráter de emergência: estabelece a prova de suficiência para os casos e que não houver

peçoal devidamente habilitado. O Parecer n.º 374, de 1962, do Conselho federal de Educação, fixou o currículo mínimo do Curso de Orientação Educacional. (p.31).

O Instituto Educacional do Rio de Janeiro criou o primeiro curso de orientadores educacionais em 1964, com término em 1966. A Portaria nº 159, de 14 de junho de 1965, implantou novos critérios de duração para esses cursos superiores, que seriam de 810 horas.

O ensino superior passou por uma reforma, com a lei nº 5.540, de novembro de 1968, que trazia, no seu art. 30, nesta lei, é coerciva com a filosofia da Lei de Diretrizes e Bases, que se preocupa e finalidade de obter um melhor ajuste social e educativo aos alunos.

A Lei nº5.564, de 21 de dezembro de 1968, recomenda os exercícios da profissão de orientador educacional, prescreve, no seu art.1.º que orientação educacional consiste em obter maneiras e subsídios para auxiliar os indivíduos em suas formações básicas no exercício de suas aptidões. Nérici (1998, p.38) registra que esta lei estabelece:

- a) o objetivo da orientação educacional (o educando);
- b) os tipos de atuação do orientador (individualmente e em grupo);
- c) o local de atuação do orientador (escolas de nível médio e primário, atualmente as escolas de 1º e 2º graus);
- d) os fins da orientação educacional; desenvolver integral harmoniosa da personalidade do aluno; ordenação e integração dos elementos que exercem influência na formação do educando; ordenação e integração dos elementos que exercem influência na formação do educando; preparação do educando para exercício das opções básicas.

Neste período, os métodos e atividades da Orientação Educacional eram intencionados e sistematizados de forma experimental. O cenário era de renovação, com objetivos imediatos no ensino Brasileiro, específicos da Orientação Educacional.

O conselho Federal de Educação, explica a lei nº 5.564 de 1968, pelo Parecer nº 252, de 11 de abril de 1969, e da Resolução nº 269, de 12 maio 1969, que o Orientador Educacional, a partir deste momento, pode ser titulado por meio de graduação, como uma das habilitações do curso de pedagogia.

O parecer nº 634, de 2 setembro de 1969, diz que os conteúdos são direcionados com objetivos de orientar os relacionamentos entre os jovens e suas

famílias.

No Parecer nº 734, de 8 de outubro de 1969, o (FENOE) Conselho Federal da Federação Nacional de Orientadores, requer do presidente da mesma instituição, que os mesmos obrigatoriamente, sejam pós-graduados, além de esclarecer alguns outros aspectos.

Este parecer buscava ilustrar determinados aspectos do Parecer nº 252, de 1969, repetindo a exigência de três anos no exercício de magistério, para poder fazer o Curso de Orientação Educacional em nível de graduação e de pós-graduação.

2.4 Período Disciplinador - 1971 a 1980

Na década de 1970, a Orientação Educacional atingiu o ponto alto no Brasil, no que se refere aos processos legislativos, de tal maneira que se registrou grande movimentação dos Orientadores Educacionais. A associação de Orientadores Educacionais realizou, em 1969, o primeiro encontro e, sucessivamente, mais nove encontros a partir da década de 1970.

Os encontros ocorriam com intervalos aproximados de 40 dias, em lugares diferentes no Brasil (Brasília, Recife, São Paulo, Goiânia, Belém do Pará), sendo notório que os movimentos das associações expandiram por várias regiões Brasileiras. Através desses encontros, em 13 de julho de 1979, foi exposto, em Belém do Pará, a aprovação, o Estatuto da Feno "Federação Nacional dos Orientadores Educacionais", com jurisdição para todo o território nacional, como mostra o artigo 1º, conforme Giacaglia (2015, p.32)

Propugnar pelo fortalecimento das classes, através de medidas eficazes, que permitiam elevar o nível dos seus integrantes em todos os sentidos; Defender os interesses e os direitos das entidades federadas e de seus membros; colaborar com o Estado e outras entidades, nos campos Educacional e Cultural; promover e referenciar os eventos de Orientação Educacional.

Havia uma preocupação com o fortalecimento do nível dos profissionais na década de 1970. A associação Feno, nesta mesma década, demonstrou a importância da continuidade da Orientação Educacionais no Brasil.

A lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, implantou as diretrizes e bases para

o ensino de 1º e 2º, graus que foi a Lei nº 4.042/61. Esta lei instituiu a obrigatoriedade da orientação, dando-lhe meios adequados para que a educação estivesse sempre voltada para o desenvolvimento do País. Também a Lei nº 5.692 postula sobre a OE. “Art.10. Será institucional obrigatoriamente, a Orientação Educacional, incluído aconselhamento Vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade”. (BRASIL, 1971)

Na lei nº 5.692, de 1971, evidencia que:

Art., 1º A Orientação educacional é obrigatória; O aspecto vocacional é atribuído à orientação educacional e, portanto, a orientação educacional inclui a orientação vocacional; O papel de inter-relacionamento da orientação educacional é realizado por meio de entrosamento da escola com a família e a comunidade;

A orientação educacional é trabalho de planejamento, execução e avaliação junto ao demais membros da escola; É indispensável a ação integrada da Orientação educacional a orientação pedagógica e os demais educadores, para formulação de uma filosofia básica da educação. (BRASIL 1971)

A orientação na legislação atua no auxiliando o processo da construção educativa, responsável pela conexão das influências exercidas pelo meio psicossocial. Manfredi (2002, p. 150) comenta que:

É importante salientar que essa ideia de profissionalismo universal e compulsória ocorreu em um momento em que o país objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, delegou ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho.

Uma das atribuições, segundo a lei citada acima, era de que a Orientação Vocacional enfatizava a escolha profissional de forma assertiva, através dos aspectos individuais das aptidões de cada pessoa. Apesar de direcionar através de meios legais para educação escolar a Orientação Educacional ainda passava por muitos desafios nas instituições de ensino.

Em 1975, na Bahia, ocorreu o V encontro Nacional de Orientação Educacional, onde as transformações surgem de modo tímido, com mudanças nesse processo, no âmbito social e nas concepções científicas, com o comprometimento com o presente.

Os Orientadores começam a romper como visão única, e não só psicológica, o embasamento de sua formação e prática profissional.

2.5 Período Questionador - 1981 a 1990

Esse período é caracterizado pelo despertar de indagações mais densas e consistentes pelos profissionais da área de Orientadores Educacionais, em relação as suas práticas nas instituições de ensino e a respeito do papel social no contexto da mesma. Pimenta (1986, p.163) em sua palestra “O Orientador Educacional na Escola Pública”, no congresso Brasileiro relata sobre sua pesquisa a respeito de “Orientação Educacional nas Escola Públicas”, que embasou sua fala no IX Congresso Brasileiro, em Florianópolis, em 1986.

Esse autor constatou que já havia Orientação Educacional em todas instituições públicas do país, embora maior em alguns lugares e menor em outros. Entretanto, os Orientadores Educacionais, de modo geral, já indagavam suas práticas há algum tempo. Por meio dos órgãos de classe, os Orientadores Educacionais buscavam respostas para seus questionamentos, ao mesmo tempo em que as questões políticas e sociais também passavam por várias transformações.

Seguramente, a década de 1980 foi marcada por grandes questões em relação a educação. No período de 1990, dava-se mais ênfase à realidade cotidiana dos alunos dentro das escolas; o currículo passou por modificações, dando mais evidência à realidade dos alunos trabalhadores.

As práticas educativas foram questionadas pelos profissionais da área da Orientação Educacional por longos anos, pois estes iniciaram amplas discussões sobre as atribuições dos Orientadores Educacionais na construção das escolas públicas mais democráticas. Segundo Massalai (2014, p. 72 apud Libâneo, 1984).

Libâneo (1984) e Pimenta (1988) vão propor e desafiar os Orientadores Educacionais a retomar seu fazer desde os postulados da Pedagogia crítico-social dos conteúdos que[...] partia da concepção do homem enquanto síntese de múltiplas determinações. Neste sentido o homem é história. É indivíduo historicamente situado. Não é a soma do individual e do social, mais é a síntese orgânica das relações indivíduo-sociedade. Não é o ser passivo da pedagogia liberal tradicional, mas também não é o centro do universo, a individualidade absoluta pregada pela pedagogia da escola nova. Conforme citado por PIMENTA, (1988, p. 140).

A Orientação Educacional passou a ter uma abordagem Crítico-Social dos conteúdos, juntamente com a democratização do País. A escola tornou-se democrática, começou a trabalhar a qualidade e o respeito e passou a dar valor nas questões culturais de seus educandos. Os docentes em seus exercícios adequavam e articulavam conteúdos diferenciados, concretizando suas práticas, e interligando sujeito, comunidade escolar e Orientadores Educacionais.

O autoritarismo estereotipado outrora, agora valorizavam os alunos de forma positiva, fato que identificou e deu legitimidade através da sua própria cultura.

Os discentes deixaram de ter uma postura receptiva, passando a ser críticos conscientes do meio social em que estavam inseridos.

A partir do momento em que as escolas passaram a entender sua clientela, houve uma mudança nos aspectos pedagógicos, para um melhor suporte desse educando na aprendizagem.

Grinspun (2002, p. 112) afirma, “O orientador é aquele que discute as questões da cultura escolar promovendo meios/estratégias para que sua realidade não se cristalize em verdades intransponíveis, mas se articule com prováveis verdades vividas no dia-a-dia da organização escolar”

Assim, a atuação do Orientador Educacional perante as diferenças localizadas na escola é fundamental, pois compete a ele encontrar formas viáveis para efetivar o desenvolvimento individual e intelectual dos estudantes, assim como auxiliar o colégio a preparar e cumprir com os pareceres pedagógicos.

Os Orientadores Educacionais, assumiram o papel crítico em relação as políticas sociais do país, se comprometendo de tal maneira a compreender os métodos da escolarização, também ter compromisso com as questões e causas sociais do país, levando aos educandos a perceberem o mundo através da escola.

Os instrumentos avaliativos valorizavam os conteúdos que possibilitariam transformar a sociedade.

Os Congressos VII e IX Brasileiros de Orientação Educacional, que foram realizados nas cidades de Fortaleza (1984) e Florianópolis (1986) incentivavam os Orientadores Educacionais a não desistir de seus desafios: as questões igualitárias, econômicas, políticas e culturais, elementos de fundamental importância para prática, em busca da melhor compreensão o conceito do homem no mundo e na sociedade em que vive.

2.6 Período Orientador - 1991 a 2000

Na década de 90, a Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), órgão que defendia a função dos orientadores educacionais acabou extinto, levando ao enfraquecimento da categoria profissional que o mesmo representava.

Perante o ocorrido, os Orientadores Educacionais decidiram criar o sindicato único CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), para lutarem pelos direitos dos educadores e por uma educação mais democrática e para todos. Grinspun (2001) fez uma crítica em relação à extinção da FENOE, na qual diz que foi precipitada a extinção do órgão que fortalecia os profissionais de Orientação Educacional. O autor avaliou, na verdade, que não era necessário a exclusão, mas sim, a complementação, para melhoria deste órgão: e assim descreve Grinspun (2011, p. 34):

Houve, na prática, um enfraquecimento das associações de classe e uma fragilização, mas uma vez, da identidade do orientador educacional falta-nos um núcleo, um espaço para estudarmos, refletirmos (e até reivindicarmos) com relação aos problemas específicos da orientação educacional. Os orientadores caminham sós. A construção coletiva se dá para fora, em seu trabalho, unindo-os e integrando-se aos demais profissionais da Educação, e para dentro com o fortalecimento da própria classe e profissão.

A orientação Educacional passou por grandes transformações em sua estrutura. Não se pode deixar de relatar a importância das associações atuais nesse processo educacional, ao qual os Orientadores Educacionais estavam envolvidos, citadas com clareza na obra “Entre tramas, laços e nós uma análise do discurso de Orientadoras Educacionais do autor Massalai (2014, p.78) relata:

Existem atualmente, três Associações de Orientadores Educacionais funcionando, a saber: a Associação de Orientadores Educacionais de Santa Catarina (AOESC), a Associação de Orientadores do Rio Grande do Sul (AOERGS) e a Associação Fluminense de Orientadores Educacionais (ASFOE).

A Associação de Orientadores Educacionais de Santa Catarina (AOESC) completou, em 2018, 48 anos de existência, e elenca 9 metas como pressuposto de

sua missão sendo sua missão sendo nas primeiras cinco:

1. Defender o direito a uma educação democrática e libertadora, acessível a toda a classe trabalhadora;
2. Promover, desenvolver e divulgar atividades de caráter educacional e científico, destinada à formação e ao aperfeiçoamento da categoria;
3. Divulgar a importância e os objetivos da categoria;
4. Lutar pela defesa dos interesses e direitos da categoria;
5. Propugnar pela adequação da legislação estadual pertinente às normas federais que disciplinam os direitos e deveres do Orientador Educacional;(AOESC, 2018)

Essa associação mostra a importância em sua missão, da organização da categoria, e seu compromisso com uma educação libertadora, fora dos pressupostos corretivos, foco no aluno problema ou preparar indivíduos para uma participação social mecanicista. Nos próximos quatro pressupostos da missão evidencia-se:

6. Fiscalizar os exercícios profissionais, no que se refere à exigência de Habilitação Profissional e ao cumprimento do Código de Ética;
7. Representar Administrativamente e Judicialmente os interesses individuais e coletivos dos Orientadores Educacionais;
8. Analisar a forma de ingresso, os currículos e programas dos Cursos Superiores de Formação do Orientador Educacional, viabilizando a participação da categoria no estabelecimento de critérios mais adequados à sua definição e formulação;
9. Colaborar e apoiar a organização e reivindicações de outras categorias profissionais, conforme o disposto no item I, deste Artigo (AOESC, 2018).

Em relação à Associação de Orientadores do Rio Grande do Sul (AOERGS), considerada a mais antiga do Brasil, com sede em Porto Alegre, foi criada em 1966 e atualmente é composta de sete filiais espalhadas pelo Estado do Rio Grande do Sul.

A Associação dos Orientadores do Rio Grande do Sul - AOERGS - foi fundada em 9 de março de 1966. É uma entidade jurídica civil, sem fins lucrativos, autônoma, sem vinculação, nem discriminação, de caráter político/partidário ou de qualquer outra natureza, de duração indeterminada, com sede e foro em Porto Alegre e jurisdição territorial em todo o Estado do Rio Grande do Sul. (AOERGES, 2017)

A associação é responsável pela única revista de Orientação Educacional publicada no Brasil, a Revista Prospectiva, com sua 38ª edição publicada em 2017, com temas exclusivamente relacionados à Orientação Educacional no Brasil.

A Missão da Associação de Orientadores do Rio Grande do Sul é:

A AOERGS é voltada aos interesses dos Orientadores Educacionais e, também, aos demais especialistas, professores e trabalhadores em educação. Os associados são Orientadores da Rede Estadual, Municipal, Federal e Particular de ensino; também associa estudantes de Pedagogia - Habilitação Orientação Educacional, como sócio colaborador. (AOERGS, 2017)

Figura 1 capa da revista Prospectiva



Fonte 2 <http://aoergs.blogspot.com>

A terceira Associação de Orientadores Educacionais ASFOE (Associação Sul Fluminense de Orientadores Educacionais) está em pleno vapor, fundada em 07 de dezembro de 1993 no município de Vassouras. A Instituição surgiu através de 16 sócios fundadores, todos Orientadores Educacionais da região Sul Fluminense. A ASFOE vem traçando sua história, mobilizando docentes em todo o estado do Rio de Janeiro, com participação efetiva nos encontros, seminários, oficinas e cursos de atualização.

A missão da Instituição:

A ASFOE é uma Associação de Orientadores Educacionais do Estado do RJ, que busca proporcionar aos seus associados, cursos de atualização capacitação profissional, através de jornadas, seminários e congressos. (ASFOE,1993)

É filiada à Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENAPOE),

representando o Estado do Rio de Janeiro na Federação. Várias destas associações se encontram nas redes sociais, assim como possuem inúmeros blogs, que relatam o sistema de ensino nas escolas e suas práticas.

É notória a constatação, por meio desses sites, da presença de muitos Orientadores Educacionais envolvidos no sistema de ensino, tanto nas instituições públicas, quanto nos particulares, que discutem o seu próprio trabalho dentro das instituições de ensino. A internet passa a interligar e fazer intercâmbios e trocas de forma mundial.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, não traz a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas. Ainda, mesmo que a Orientação Educacional exista e seja referida explicitamente na lei, ela é referida de forma tímida. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996)

O título VIII do artigo 85 confere certos requisitos e dá direito para que qualquer cidadão habilitado preste concurso para o cargo de docente.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (BRASIL, 1996)

Em vários artigos dessa lei mostram-se as atribuições da Orientação Educacional, porém não fica claro, quais profissionais poderiam atuar dentro das escolas. Mediante esses fatos, o Orientador Educacional foi desaparecendo das escolas. A falta desses profissionais começou a ser percebida pela clientela e funcionários das escolas e, de uma forma geral, pela comunidade escolar em si.

As respostas às indagações feitas pela comunidade escolar trouxeram a necessidade de ter dentro das escolas SOE (Serviço de Orientação Educacional). As instituições maiores sentiram falta de um profissional que desse suporte nas questões burocráticas e que delegasse juntamente à direção. Por esses motivos,

as escolas passam a ter em sua equipe os vice-diretores e os “Supervisores Pedagógicos”, estes últimos preocupavam-se com os educadores. A partir desses motivos, independentemente do tamanho da escola era necessário um serviço de Orientação Educacional. Porém algumas instituições ainda não contavam com este profissional na equipe.

Atualmente é comum encontrar outros profissionais sem formação adequada na função de Orientador Educacional. Algumas escolas habitualmente utilizam um supervisor pedagógico que acumula as duas funções. É mais comum, entretanto, encontrar professores mais experientes exercendo ambas as funções. Tal situação é um desrespeito e desvaloriza os Orientadores Educacionais, e, conseqüentemente, diminui o mercado de trabalho para esses profissionais.

Ainda, os Orientadores Educacionais passam a atuar em empresas no departamento de recursos humanos (RH) e, quando habilitados por cursos (pós-graduação), por sua vez disputam o mercado de trabalho com outros profissionais como, administradores e psicólogos.

2.7 A Orientação Educacional no estado de Rondônia

O resgate da Orientação Educacional no estado de Rondônia foi descrito pela primeira vez pelo Orientador Educacional e Mestre em Educação Locimar Massalai, em 2014, em sua obra “Entre laços e nós uma análise do discurso de Orientadores Educacionais”, e não poderia iniciar esses escritos sobre Orientação Educacional no município de Vilhena, sem fazer referência a este pesquisador.

A história Educacional em Rondônia começou a ser registrada recentemente, no livro de José Valdir Pereira “Educação: análise e perspectiva”, onde o autor nos relata as grandes lutas entre as questões intelectuais. O próprio Pereira (1985, p.26) notou a falta dos Orientadores Educacionais nas escolas, e, também, relata as condições de funcionamento das escolas de 1º Grau, sem estrutura nenhuma.

Porém no Ensino médio não era diferente, a situação era crítica “professores leigos, falta de laboratórios, de equipamentos, de material permanente, de material de consumo, inexistência de Supervisores e Orientadores Educacionais”. (Ibidem, p. 31).

A respeito do surgimento dos Orientadores Educacionais nas escolas em Rondônia, deparamos no trabalho de Gama (2000), com o título: “O orientador educacional: profissional em busca da identidade”. Em sua pesquisa de campo nas escolas estaduais do município de Presidente Médici, a qual abrangeu em seu relato, descreveu a identidade dos Orientadores Educacionais e sua atuação no processo de ensino e aprendizado.

No artigo, a presença dos Orientadores Educacionais mostra-se de uma forma discreta, nas escolas estaduais, entre 1984 a 1990, sendo a ausência deste profissional notada, até o ano de 2000. Por outro lado, segundo Gama (2001, p.40), “O momento da Orientação Educacional no município é de ascensão, visto que as escolas têm sentido necessidade de um profissional que cubra a lacuna deixada na década de 1990, quando esta função deixou de ser exercida nas unidades de ensino”.

Em sua pesquisa de campo Massalai (2014) encontrou cinco documentos oficiais que auxiliaram a contar a história da Orientação Educacional em Rondônia, sendo dois desses documentos encontrados em um Sebo em Porto Velho. Uma supervisora Escolar provavelmente em fim de carreira, resolveu desfazer de seus materiais de trabalho.

Ao verificar alguns livros ainda para serem catalogados, Massalai (2014) encontrou algumas impressões da Secretaria Estadual de 1987 e 1988, da gestão dos governos de Ângelo Angelim e Jerônimo Garcia de Santana. O terceiro documento a que o autor teve acesso, foi apresentado por uma Orientadora em uma das entrevistas, provavelmente sendo o seu instrumento de trabalho de sua prática como Orientadora Educacional ao longo de 10 anos. Os dois últimos documentos são mais atuais, e diziam a respeito à Portaria 0446 de 17 de janeiro de 2013, como enfatiza Massalai (2014, p.83):

“Dispõe sobre o projeto político pedagógico, sistema de avaliação, estudos de recuperação, exames finais, frequência, calendário escolar, horário de planejamento e dá outras providências para as escolas públicas nas etapas de ensino e modalidades da educação básica”.

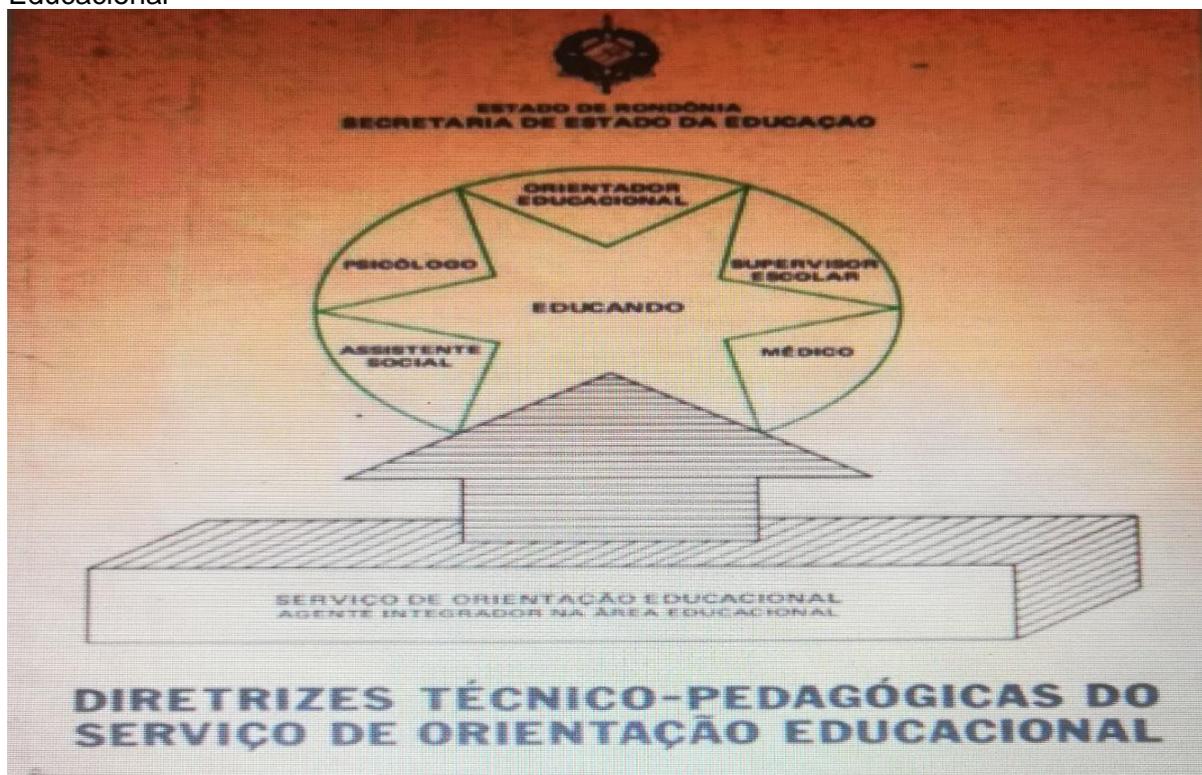
Os documentos faziam parte de um programa lançado pelo Governo Estadual com o tema “Educação de cara nova”. Os detalhes em que referendava a Orientação Educacional trazida pela Portaria 0446/13.

Massalai encontrou na revista “Prospectiva de Orientação Educacional”, segunda publicação, em outubro de 1984, um dado muito importante da Orientação Educacional em Rondônia. Pimenta (1984) faz uma fala no 8º encontro de “Orientadores Educacionais através dos currículos”, e refere-se à participação de Rondônia nas repostas de suas indagações. Pimenta, (1984, p. 14) postula que:

O congresso da Associação de Orientadores Educacionais com o tema “A Orientação Educacional e a Realidade Brasileira”, mostra a presença do Orientador Educacional do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul, de Rondônia, de São Paulo, do Maranhão, do Ceará, da Regional de Orientadores Educacional da Zona da Mata – Minas Gerais, da Associação de Orientadores Educacionais de Santa Catarina – Tubarão e Blumenau, da Bahia, de Goiás, do Piauí, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

O primeiro texto que direcionava os relatos da Orientação Educacional em Rondônia, chamado de “Diretrizes Técnico-Pedagógicas do Serviço de Orientação Educacional” era do Departamento de Ensino regular no ano de 1985, quando foi criado o Estado de Rondônia pelo Governador Coronel Jorge Teixeira de Oliveira.

Figura 2 Capa do documento Diretrizes Técnico-Pedagógicas do Serviço de Orientação Educacional



Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Rondônia,

O documento aponta como ocorreu a introdução da Orientação Educacional nas Instituições de Ensino, mostrando-se interessante relatar de uma forma íntegra:

O departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, preocupado com as dificuldades dos Sistemas de Ensino na Organização e Operacionalização do Serviço de Orientação Educacional, ofereceu linhas norteadoras da estrutura deste Serviço nas Unidades Federadas. A Secretaria de Estado de Educação, apoiada neste trabalho estruturou o Serviço de Orientação Educacional em novembro de 1979, iniciando assim, sua implantação gradativa. A implantação do Serviço de Orientação Educacional nas Unidades Escolares foi realizada no 1º semestre de 1980, o que se deveu aos Recursos Humanos disponíveis. As primeiras Escolas nas quais se implantou o SOE, foram: Escola de 1º e 2º Graus Carmela Dutra, Escola de 1º e 2º Graus Castelo Branco, Escola de 1º e 2º Graus Getúlio Vargas, Escola de 1º e 2º Graus Rio Branco, Escola de 1º e 2º Graus Estudo e Trabalho e Escola de 1º e 2º Graus Major Guapindaia, localizadas nesta capital. Salientamos que, no 2º Semestre de 1980, foi implantado o Serviço de Orientação Educacional na Escola de 1º e 2º Graus Barão de Solimões, também em Porto Velho. No ano de 1981 houve a municipalização de ensino, e, no 1º Semestre deste ano, o Serviço estendeu-se a mais duas escolas da Capital, Escola de 1º e 2º Graus Samaritana e 21 de abril e implantado nos Municípios de Ariquemes e Cacoal. Nesse ano o atendimento passou a ser feito também a nível de 2º Grau, na Escola de 1º e 2º Graus Carmela Dutra. De início o SOE deu atendimento aos educandos do 1º Grau nas turmas de 5ª a 8ª séries levando em conta representar este período uma mudança para o aluno, pois até a 4ª série ele vinha sendo atendido por apenas um professor e poucas matérias lhe eram ministradas. A partir da 5ª série a mudança estrutural no Ensino acarreta para o Educando, algumas dificuldades emocionais e de adaptação, que concorrem para o grande número de reprovações e evasões nesta série, caracterizando um ponto de estrangulamento. Por outro lado, o atendimento de 5ª a 8ª séries, objetiva preparar o aluno para ingressar no 2º Grau, um outro ponto de estrangulamento, pois que neste grau há necessidade de que o Educando tenha sido conscientizado para sua Escolha Profissional, que se não for bem-feita levará à reprovação e evasão. Ainda no segundo semestre de 1981, foi elaborado um Plano de Orientação Vocacional para a 1ª série no 2º Grau, objetivando proporcionar aos educandos, elementos para uma escolha profissional adequada às características pessoais de interesse e personalidade. Em 1982/1983 esse serviço foi implantado nas Secretarias Municipais de Educação e Cultura dos Municípios de Pimenta Bueno e Jaru. Em 1984, objetiva-se a implantação, estruturação e o funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em mais três unidades de ensino em Porto Velho, também os municípios de Presidente Médici, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Vilhena, Espigão do Oeste e Rolim de Moura. 'O trabalho ora desenvolvido beneficia uma média de 20.000 alunos de 1º grau em todo o Estado e visa principalmente,

tornar a escola um ambiente do aluno, considerando um ser total que requer educação integral'. (RONDÔNIA, 1985, p. 15)⁶

A escola ganha a presença do Orientador Educacional, que em sua prática estava incumbido em solucionar problemas relacionados aos alunos, fora e dentro do ambiente escolar. Um marco histórico dos Orientadores Educacionais no Estado de Rondônia foi a descrição documental da presença destes profissionais e sua importância na melhoria de ensino:

Considerando a melhoria qualitativa do Ensino em Rondônia, verificou-se a necessidade de implantar o Serviço de Orientação Educacional nas Unidades Escolares da Rede Oficial que venha a se desenvolver como um processo vinculado às atividades educativas da escola, atuando mediante técnicas adequadas no educando com fim específico de ajudá-lo a resolver seus problemas de estudo e de ajustamento ao meio escolar, à vida social e de conduzi-lo à escola de cursos e profissões. Assim surgiu o Serviço de Orientação Educacional, que ora vem proporcionando ao orientando, assistência sistematizada, auxiliando-o no desenvolvimento de todas as suas estruturas, relacionadas com suas experiências, suas características físicas, intelectuais, sociais, morais, religiosas e emocionais. (RONDÔNIA, 1985, p. 13).

O fazer e as ações dos Orientadores Educacionais passam a estabelecer as competências concretizadas pelas Diretrizes. As competências trazidas por esse documento eram tantas, que se acredita que não poderiam ser concluídas no dia a dia dos Orientadores Educacionais. Registra-se:

Desenvolver o SOE a nível escolar, sensibilizando e conscientizando os professores, administradores e demais pessoas que trabalham na escola;
Participar aos alunos e a família dos objetivos do SOE;
Garantir ao educando assistência em todas as áreas da orientação escolar, social, vocacional, psicológica e saúde.
Promover trabalho de integração da escola com a família e comunidade (em conjunto com o supervisor, psicólogo e assistente social);
Cooperar com a supervisão escolar e corpo docente, no processo ensino aprendizagem, destacando as possíveis causas das dificuldades dos alunos;
Sensibilizar os pais da importância de sua participação na ação educativa dos alunos (em conjunto com o assistente social);
Ajudar o aluno, juntamente com o psicólogo escolar, a conhecer suas aptidões, interesses e capacidades;

⁶ Por ser um documento de registo sobre a OE, e por ter tão poucos registros fidedignos, achamos necessária sua citação na íntegra.

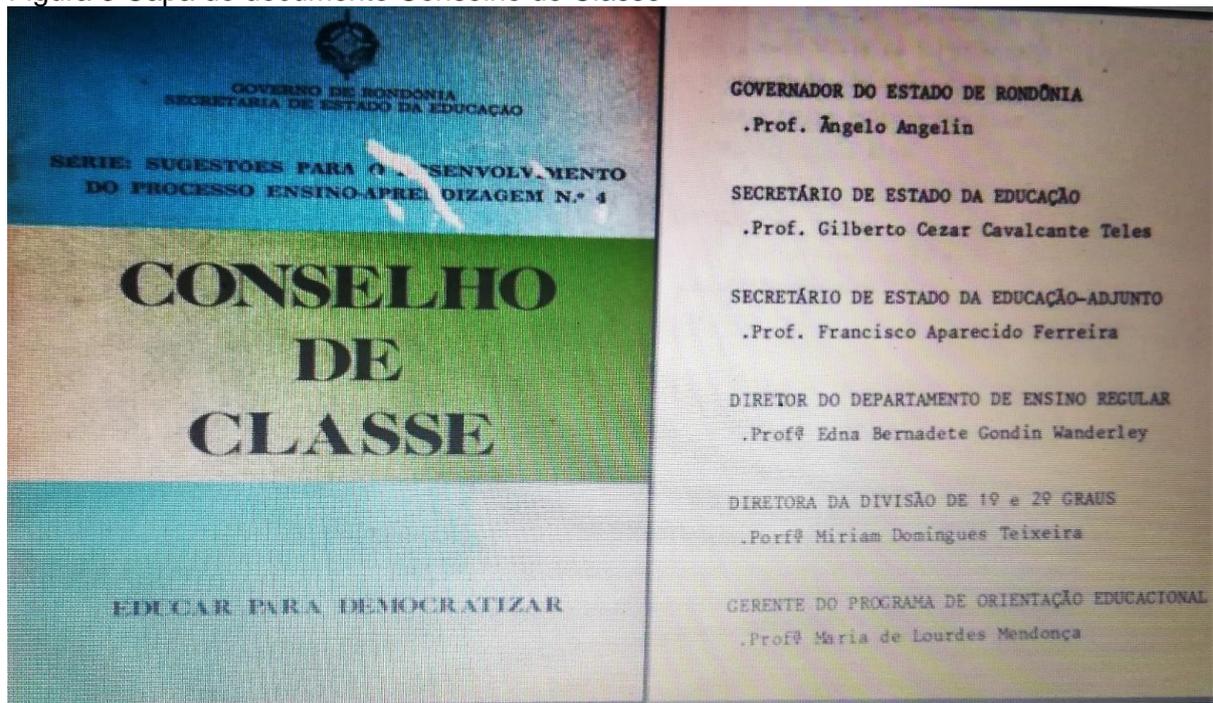
Informar os alunos sobre as profissões, bem como das suas particularidades, exigências e mercado de trabalho;
 Coletar dados para o perfil de classe e para o perfil do aluno (com supervisor e psicólogo);
 Preencher fichas de rendimento escolar de cada aluno, para posterior levantamento de dados;
 Realizar periodicamente sessões grupais de formação de líderes (com supervisor e psicólogo);
 Esclarecer as atribuições do professor conselheiro e orientar os alunos na escolha do mesmo;
 Participar do planejamento curricular;
 Participar, juntamente com a supervisão, do planejamento do conselho de classe;
 Registrar detalhadamente casos especiais para estudos posteriores;
 Prestar informações sobre as turmas, fornecendo um perfil da classe;
 Propor formas de atendimento para casos registrados;
 Participar na elaboração de sugestões para os próximos conselhos de classe, juntamente com a supervisão;
 Promover um clima de confiança, de harmonia, de entendimento entre diretores, orientadores educacionais, supervisores, psicólogos, assistentes sociais, professores e pais de alunos;
 Atender individualmente casos particulares de alunos, pais e professores (com o psicólogo e assistente do social);
 Participar no Conselho de Classe, juntamente com os professores, na avaliação do aluno. (RONDÔNIA, 1985, p. 23-24) ⁷

O organograma apresentado acima traz toda a responsabilidade sobre aprendizagem do aluno ao Orientador Educacional e em nenhum momento é citada a figura do professor em sala de aula.

Em 1987 foi elaborado um documento chamado “Conselho de Classe”, por seis equipes de profissionais que discutiam a metodologia de Ensino e Aprendizagem nº 4, com o tema “Educar para democratizar”.

⁷ Partindo do mesmo pressuposto da nota de referência anterior por ser documento histórico enquanto significado registramo-lo neste trabalho na íntegra.

Figura 3 Capa do documento Conselho de Classe



Fonte RO. SEDUC, 1987

O documento ressalva que “toda reunião do Conselho de Classe deverá ser previamente planejada pelos elementos técnicos administrativos da escola (Supervisor, Orientador e Diretor)” (RONDÔNIA, 1987, p. 45).

Os estudos para elaboração deste documento foram feitos através de pesquisa pelos municípios do Estado de Rondônia. No parágrafo 4º do Art.4º, é relatado o diário dos professores, que dava informações fornecidas pela supervisão, orientação educacional e direção, para que o conselho de classe acontecesse.

O documento, apesar de citar o Psicólogo Escolar, não descreve sua função dentro da escola.

Art. 6º - São componentes do Conselho de Classe:

- a) Diretor;
- b) Supervisor Pedagógico;
- c) Orientador Educacional;
- d) Psicólogo Escolar;
- e) Professores Conselheiros das turmas;
- f) Elemento da secretaria (sugestão);
- g) Líderes de Classes. (RONDÔNIA, 1987, p. 18)

O conselho classe passa a ser elemento fundamental na vida dos alunos, e o documento sugere algumas informações da secretaria, tanto quanto as aptidões, que passam a identificar as funções do mesmo:

- 1º. Comparecer e participar em todas as reuniões na sua totalidade;
- 2º. Manter atualizados os documentos de registro necessários à realização das reuniões do Conselho de Classe tais como: mapas de rendimento, fichas individuais, boletins, etc.
- 3º. Atender as decisões do Conselho de Classe.
- 4º. Arquivar a ata. (RONDÔNIA, 1987, p. 25)

O Orientador Educacional, entre os membros do Conselho Escolar era o profissional que mais tinha atribuições (que eram oito), e era considerado salvador, dentro das escolas, em relação ao ensino aprendizado dos educandos.

O segundo documento que ajuda a compor o quebra cabeça do histórico da Orientação Educacional em Rondônia está compilado em três volumes, e foi lançado pela Secretaria de Educação, em 1988, na gestão do Governo Jerônimo Garcia de Santa. O Manual do Diretor trazia normas administrativas para as escolas de 1º e 2º graus. O Secretário de Educação, Orestes Munis, que também era Vice-governador, mostrou a importância de um admirador escolar e diz:

A SEDUC, preocupada com a melhoria da qualidade de ensino em Rondônia, problema que passa necessariamente pelo desempenho da administração escolar, decidiu elaborar o presente Manual do Diretor, que a vigor, torna-se um documento que manuseado pelos Senhores Diretores dos estabelecimentos de ensino da rede oficial, será o instrumento norteador das atividades administrativas escolares de cada Diretor. (RONDÔNIA, 1988, p. 3).

No “Manual do Diretor”, o Orientador Educacional é chamado de “Técnico Pedagógico”, ao lado do Supervisor Escolar. O documento indica as “competências do diretor”, um dele permite que o Diretor assume as funções do Coordenação Pedagógicas e da Orientação Educacional. O documento descreve a falta desses profissionais nas estaduais de Rondônia. O documento cita as **penalidades**⁸ aos discentes diretamente ligada as atribuições do Orientador Educacional:

Advertência oral e escrita; Suspensão por três e dez dias letivos de participação em toda e qualquer atividade escolar;
 Cancelamento de matrícula por transferência;
 Na aplicação de qualquer uma das penas, os pais ou responsáveis pelo aluno, quando menor de idade deverão ser notificados por escrito, devendo pôr o ciente na notificação recebida;
 Quando se tratar de suspensão temporária ou de determinada atividade, o aluno poderá permanecer na escola participando de outras atividades; quando se tratar de suspensão de toda e qualquer

⁸ Grifo nosso para chamar a atenção num indicio de retrocesso para década de 1960 quando o Orientador educacional tinha função corretiva.

atividade escolar o aluno terá sua falta consignada em todas as aulas ou atividades programadas;

No caso de cancelamento de matrícula, por problema de conduta, incompatível com o ambiente escolar, ao aluno maior de 14 anos será vedada matrícula em estabelecimento de ensino da rede Oficial do Estado, por um prazo de 02 anos. (RONDÔNIA, 1988, p.25).⁹

Observa-se o retrocesso, mostrando uma perda de foco na função legítima do OE que é zelar de forma preventiva pelo indivíduo e preservar o direito a educação descrito na Constituição Federal também por esse profissional.

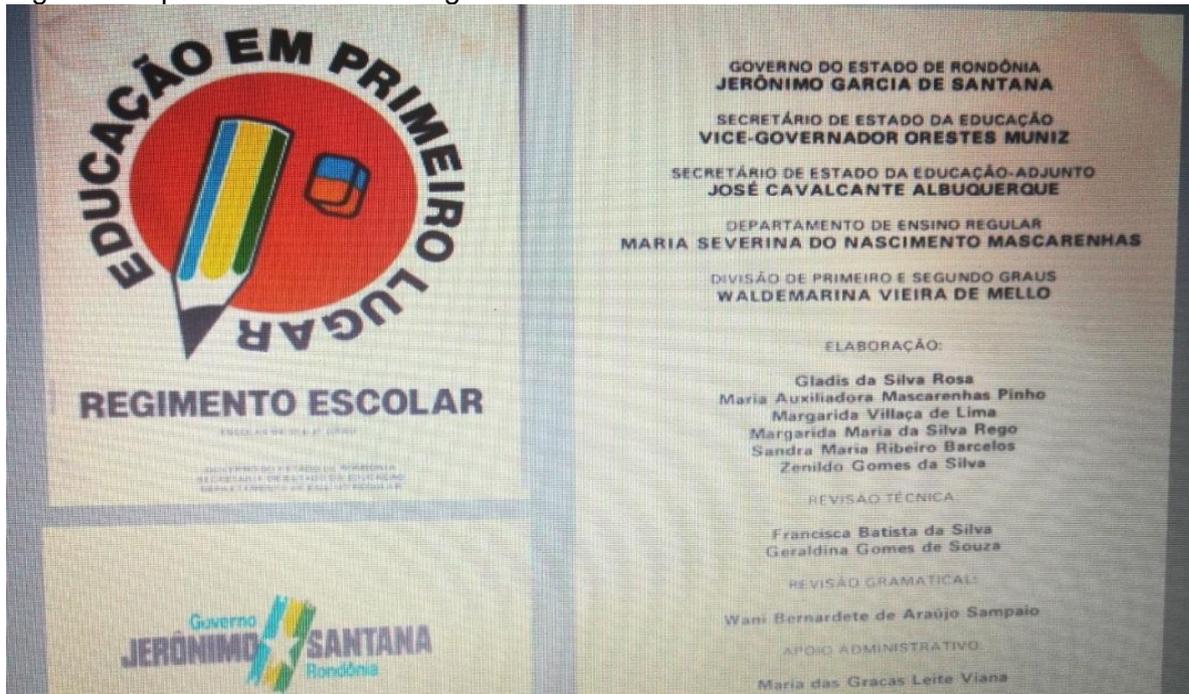
O documento, também, exhibe as finalidades da estrutura educacional e competências dos servidores que atuavam dentro das escolas. O documento apresenta o norte a as práticas dos profissionais, assim diz o secretário da educação:

Documento este que norteará em linhas gerais todas as normas que direcionarão as ações a seres desenvolvidas no estabelecimento de ensino. Vale ainda reforçar que a escola só cumprirá suas reais funções, à proporção que cada membro envolvido com a questão educativa, seja portador de uma consciência político-educacional renovadora dos valores capazes de incorporar em cada educador e educando, condições de conduzir com responsabilidade e seriedade os destinos do processo educativo para o resgate da formação do ser humano em sua plena liberdade. (RONDÔNIA, 1988, p.4).

No discurso do secretário de educação, mostra o desafio da educação em Rondônia e a responsabilidade de cada um em suas repiquetavas funções e suas responsabilidades nos cargos exercidos.

⁹ Colocamos também na íntegra pela sua importância.

Figura 4 Capa do documento “Regimento



Fonte SEDUC/RO, 1988

Os cursos de formação continuada oferecidos pela SEDUC/RO tinham um olhar direcionado aos Professores, Orientadores, Supervisores e Psicólogos.

O Regimento Escolar demonstra, de forma implícita, as responsabilidades do Orientador Educacional e os objetivos do 1º e 2º graus.

Art. 2º - O Ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Art. 3º - O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdos e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 4º - Havendo 2º grau, destina-se à formação integral do adolescente. (RONDÔNIA, 1988, p. 08)

O art. 2º, direciona a educação para o mundo do trabalho. A Orientação por sua vez trabalha juntamente com o Psicólogo escolar e estes profissionais passam a ser responsáveis pela Orientação Vocacional dos Educandos.

Quanto ao texto do no Art. 3º, refere-se à formação o desenvolvimento das crianças e dos pré-adolescentes, com base nas teorias que sustentam uma visão psicológica do desenvolvimento dos alunos.

Em relação a psicologia dentro das instituições escolares podem ser notados os conflitos e junções dos papéis do Psicólogo e do Orientador Escolar:

Art. 21 – O Psicólogo Escolar tem como função auxiliar o aluno conviver plena e sadiamente com os processos de aprendizagem, de conhecimentos e de ajustamento escolar, familiar e social, com a decidida cooperação do técnico-administrativo e docente da escola, como também, dos pais e comunidade. (RONDÔNIA, 1988, p. 13)

Ainda podemos citar o próximo artigo

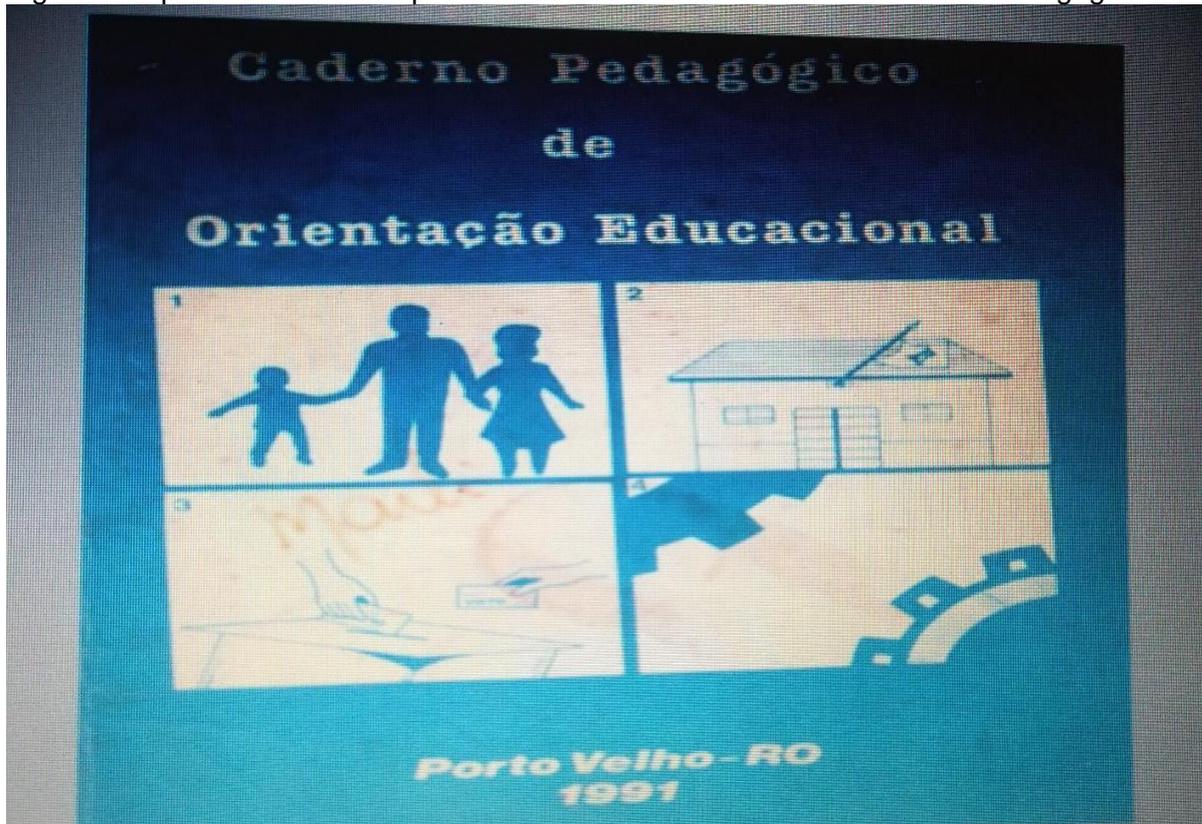
Art. 22 – Compete ao psicólogo:
a) Desenvolver a Orientação Psicológica, vinculada à Orientação Educacional, em nível de Escola e Comunidade; b) Aconselhar, orientar ou encaminhar os alunos a outros especialistas ou instituições, de acordo com a necessidade; c) Participar de pesquisas educacionais seguindo metodologia científica junto à Supervisão e Orientação Educacional; d) Dar orientações e informações adequadas ao corpo docente e família sobre alternativas de tratamentos aos alunos com problemas especiais; e) Desenvolver atividades de Orientação Vocacional junto ao Orientador Educacional. (RONDÔNIA, 1988, p. 13)

O terceiro documento, chamado de “Caderno pedagógico de Orientação Educacional”, editado em 1991, foi encontrado durante uma entrevista feita por Massalai, o qual era instrumento de trabalho de uma Orientadora Educacional. Segundo Massalai a entrevistada relatou que o caderno foi um norte para ela e alguns colegas da época, a mesma usou as seguintes falas:

“Eu tenho que mostrar né? E lê o título: “Caderno Pedagógico de Orientação Educacional – Porto Velho – RO – 1991”. Achei este caderno lá jogado e achei muito interessante e ele é que me ajudou no meu trabalho todo de orientação e também na faculdade. Inclusive a “X” tirou uma Xerox dele e achou superinteressante porque vem trabalhando desde a ética e todos os temas relacionados ao nosso trabalho de orientação. Então, nós não tínhamos uma base, ninguém dava pra nós um trabalho para ser feito, não tinha nenhum livro (Massalai,2014, p.101).

O caderno citado a cima relata as funções do Orientador Educacional lado a lado com escola e família, nos relata a importância deste profissional na vida dos alunos como futuros cidadãos para o mercado de trabalho.

Figura 5 Capa do instrumental para Orientadores Educacionais – Caderno Pedagógico



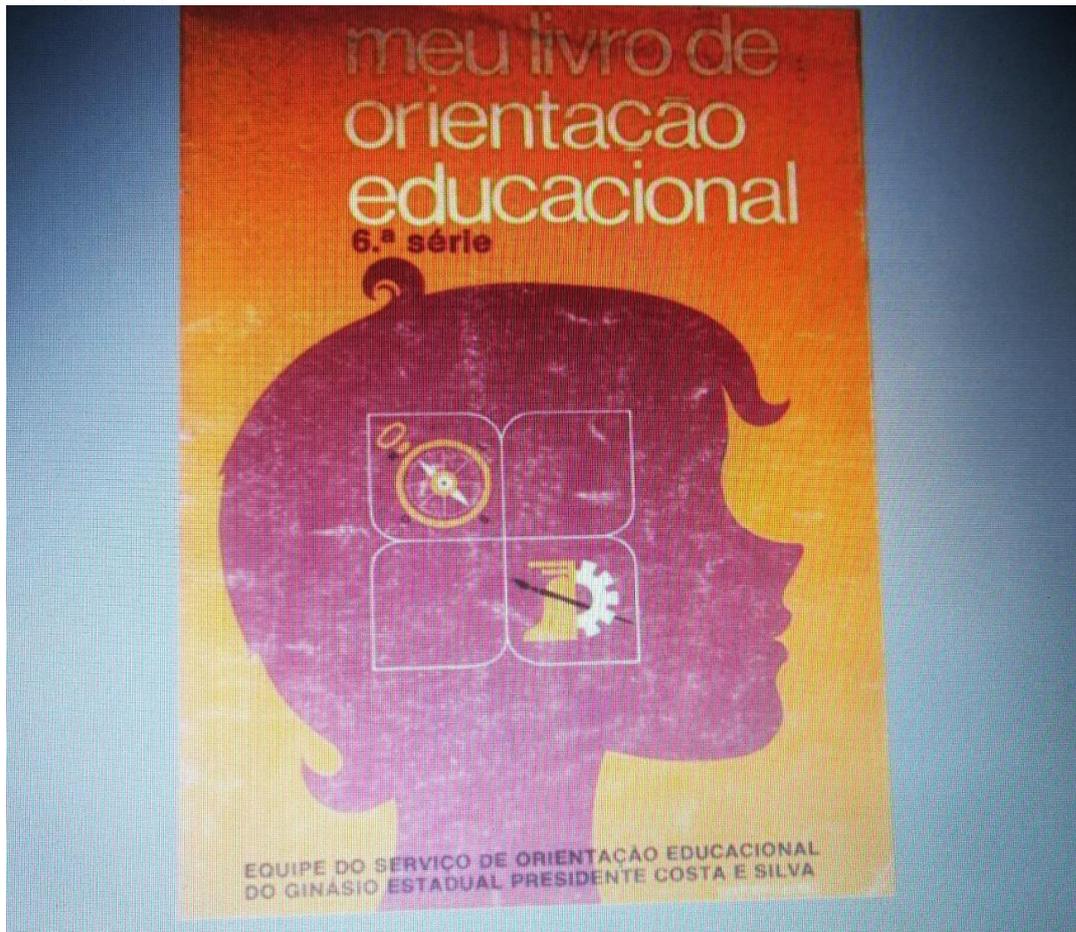
Fonte SEDUC/RO/199

O caderno tinha semelhança com o da equipe do Ginásio Estadual Presidente Costa e Silva de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, que foi editado em 1975. Massalai (2014, p.105) destaca as estruturas trazidas por este documento:

...estrutura e funcionamento da escola, lideranças, a vida em grupo, o estudo e a aprendizagem (hábitos de estudos) e finalmente exercícios para autoconhecimento, identificação do caráter e aptidões pessoais. Consideramos interessante apresentar a capa do livro do aluno, pelo significado da mesma em relação ao trabalho do Orientador Educacional como aquele que ajuda ao aluno a orientar-se (a bússola) pessoalmente e profissionalmente.

O caderno não trabalha a construção da cidadania, não contempla a subjetividade do educando e tampouco trabalha a consciência política do aluno. Há um vazio da função do SOE na escola e quem de fato é o orientador no espaço escolar. A liberdade de construir o seu plano de trabalho não é evidenciado nesse devido caderno. A seguir a capa do caderno de do aluno,

Figura 6 Capa de caderno didático de Orientação Educacional para alunos do Ensino Fundamental



Fonte: Serviço de Orientação Educacional do Ginásio Presidente Costa e Silva

O Caderno Pedagógico de Orientação Educacional foi elaborado pelo o Governador Jerônimo Garcia de Santana, que tinha como lema da época “Educação em primeiro lugar”.

A Secretaria da Educação era formada, nesta época, pelos seguintes funcionários:

“Respondiam respectivamente pela Secretaria da Educação o senhor Domênico Laurito, Diretora do Departamento de Ensino Regular, Roseni Monteiro Freitas, Diretora de Divisão de 1º e 2º Graus, Isaura Kasuko Sakagami, Gerente do Programa de Orientação Educacional, Sandra Maria Ribeiro Barcelos, elaboradores do caderno as seguintes pessoas: Aparecida Olivete Ferraciale, Genoveva Gonçalves de Castro, Maria Elena da Silva, Madalena Rivelto e Sandra Maria Ribeiro Barcelos(Massalai,2014,p.107)

O Caderno em questão era composto por três capítulos: o primeiro capítulo, com o título “Fundamentos teóricos da Orientação Educacional”. O segundo capítulo tinha como tema, “Sugestões Operacionais do Serviço de Orientação Educacional”.

O terceiro capítulo foi chamado de “Sugestões Operacionais de Orientação Educacional para o Ensino de 1º Grau, da 5ª à 8ª Série”. Outro documento aparece como referência da Orientação Educacional: a Resolução nº 069/03, de 2003, do Conselho Estadual de Educação, que ressaltava as normas que reclassificavam os educandos com altas habilidades.

No artigo 4ª, informava-se que a equipe que avaliava era composta de professores habilitados em Supervisão Escolar, Psicopedagogia, Orientação Educacional e Psicologia.

No artigo 6º explicavam-se as questões do profissional credenciário, que emitia os laudos para as reclassificações dos alunos, levando em consideração as características individuais.

O artigo 7º relatava o credenciamento das instituições da rede privada e estadual, concedido pela Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, que oferecia os Serviços de Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Psicólogo Escolar.

A Portaria nº 0632/08GAB/SEDUC, de 17 de junho de 2008, em seu Art. 1º, tem a finalidade e objetivo de regulamentar o uso deste artigo em relação aos educandos das Instituições Estaduais de Ensino Fundamental e Médio Regular e também de outras modalidades de Ensino Especial, assim como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional, que passa a ser obrigatória no Regimento Escolar.

O segundo Artigo descreve sobre as sanções aplicadas aos educandos, as advertências oral e escrita, com afastamento das atividades de sala de aula por dois dias:

§ 1º - A advertência oral e escrita será registradas em fichas específicas junto à pasta do aluno pelo Serviço de Orientação Educacional e na falta deste pela direção.

§ 2º - Quando da aplicação da sanção prevista pelo inciso III (advertência escrita), deste artigo, o aluno permanecerá no espaço escolar a fim de assegurar sua frequência, realizando atividades de aprendizagem e avaliação dos conteúdos referentes aos Componentes Curriculares, obedecendo ao horário estabelecido, acompanhado pelo Serviço de Orientação Educacional e na falta deste, pela direção escolar.

§ 3º - A aplicação das sanções citadas neste artigo exige registros internos, ao encargo do Serviço de Orientação Educacional e na falta deste, pela direção escolar. (RONDÔNIA, 2008. p. 1)

No artigo 5º relata a responsabilidade do Serviço de Orientação e, na falta deste profissional, da Direção Escolar. Nesta portaria, no ato da matrícula, os pais e responsáveis tinham ciência do Regimento Escolar, mediante o que estava descrito no documento, fato que corroborou para que o Orientador passasse a ser visto como um profissional que punia.

Outro documento foi a Portaria nº 0436/10 – GAB/SEDUC, de 19 de março de 2010, que mostra as competências dos profissionais da Orientador Educacional, do Supervisor Escolar e do Psicólogo Educacional da rede estadual de Rondônia.

Figura 7 Diretrizes operacionais sobre conselho de classe.



Fonte: SEDUC/RO/2010

A portaria acima expõe as competências, qualidades e desempenhos das atividades da Equipe Técnico-Pedagógica das Escolas, através de discursos e estudos. Porém, os Orientadores Educacionais não participaram dos estudos em si. Na realidade as competências foram elaboradas pela equipe técnica da SEDUC.

As citações abaixo darão uma ideia de quais eram realmente as competências do Orientador Educacional no Estado de Rondônia:

- ✓ Elaborar o Plano de Ação de Orientação Educacional.

- ✓ Elaborar em conjunto com a direção, supervisão escolar, psicologia educacional, secretaria escolar e demais segmentos da escola, documentos relacionados ao processo educativo escolar, observando as legislações pertinentes e o Projeto Pedagógico da Escola.
- ✓ Desenvolver o Serviço de Orientação Educacional, sensibilizando e conscientizando os professores, corpo técnico e demais pessoas que trabalham na escola sobre a relevância dos seus serviços.
- ✓ Divulgar a todos os envolvidos no processo educativo (alunos, professores, pais e/ou responsáveis, equipe técnico-pedagógica e a comunidade) os objetivos do SOE. Sensibilizar os pais e/ou responsáveis da importância de sua participação efetiva na ação educativa dos alunos.
- ✓ Cooperar com a Supervisão Escolar e Corpo docente no processo e da aprendizagem, detectando as possíveis causas das dificuldades dos alunos se realizando as orientações e encaminhamentos para saná-las ou minimizá-las. Desenvolver ações voltadas à educação profissional, juntamente com o psicólogo educacional, ajudando-os a conhecer suas aptidões, interesses e capacidades, bem como informando aos alunos sobre as profissões, suas especificidades, exigências e mercado de trabalho. (RONDÔNIA, 2010, p. 86-87).¹⁰

Observa -se nessas primeiras cinco funções descritas como competências do OE, dizem respeito a sua construção como membro do grupo, se fazer perceber como parte importante do grupo e colaborador do processo. Segue-se para mais outras competências:

- ✓ Identificar, em conjunto com o psicólogo, supervisor e professor, o perfil do aluno e da classe.
- ✓ Acompanhar o desempenho escolar dos alunos, observando o rendimento e a frequência nos mapas emitidos pela secretaria da escola e conselho de classe.
- ✓ Coordenar e realizar os trabalhos relacionados à escolha dos alunos representantes da turma (líderes), apresentando o seu perfil e atribuições, acompanhando o processo eletivo e promovendo encontros de formação dos representantes eleitos.
- ✓ Esclarecer as atribuições do professor conselheiro e orientar os alunos na escolha do mesmo.
- ✓ Participar do planejamento curricular, considerando a realidade do aluno.
- ✓ Participar, com os demais membros da equipe gestora, de todas as etapas do conselho de classe (planejamento, execução, registro dos casos especiais).
- ✓ Coordenar as reuniões do Conselho de Classe, juntamente com os demais membros da equipe técnica pedagógica.
- ✓ Participar do conselho de professores da escola.

¹⁰ Está na íntegra por ser um documento necessário na história do SOE em RO

(RONDÔNIA, 2010, p. 86-87).

Considerando as realidades das escolas estaduais que chegam a ultrapassar o contingente de mil alunos, é pertinente se pensar que há um emaranhado de funções burocráticas para o OE. Próximas competências:

- ✓ Sugerir aos professores e familiares formas de atendimento aos casos especiais registrados no conselho de classe, bem como acompanhá-lo ao longo do processo.
- ✓ Promover um ambiente favorável ao processo educativo, de integração, confiança, compromisso, harmonia e entendimento entre todos os membros da comunidade escolar.
- ✓ Atender individualmente, e se necessário com psicólogo e representante da equipe gestora, alunos, pais de alunos e demais atores do processo educativo que procurem ou forem encaminhados ao SOE.
- ✓ Realizar continuamente auto avaliação e avaliação do plano de ação, com vistas ao seu aperfeiçoamento. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. Organizar e manter atualizada a documentação específica do Serviço de Orientação Educacional.
- ✓ Acompanhar continuamente o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias. Registrar as sanções aplicadas aos alunos, conforme o constante no regimento, em fichas específicas do SOE.
- ✓ Encaminhar à secretaria da escola as fichas relacionadas às sanções aplicadas para arquivo na pasta individual do aluno.
- ✓ Acompanhar o aluno no desenvolvimento de atividades de aprendizagem e avaliação no caso de sanções que consista no afastamento por até dois dias das atividades de sala de aula. Informar alunos, pais ou responsáveis sobre Direitos e Deveres previstos no Regimento Escolar.
- ✓ Realizar o acompanhamento efetivo de estagiários em Orientação Educacional no ambiente escolar, conforme Decreto nº 72846 de 26/09/1973, art. 8º, obedecendo ao previsto na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 e as orientações da Representação de Ensino de sua jurisdição.
- ✓ Articular, juntamente com a equipe técnica pedagógica e professores, orientações teóricas e metodológicas sobre o atendimento educacional aos alunos com necessidades educativas especiais.
- ✓ Organizar e manter o horário de estudo, pesquisa, planejamento e de implementação das ações a serem executadas pelo SOE. (RONDÔNIA, 2010, p. 86-87).¹¹

¹¹ Documento segue citado na íntegra devido sua importância para a OE em Rondônia.

Mais uma vez, nota-se que o Orientador é responsável por zelar pela harmonia na escola. A visão que o Orientador é o salvador dos conflitos que ocorrem no cotidiano escolar passa a ser uma questão histórica e muitas vezes este profissional acaba sendo interpretado de forma negativa, há um excesso de trabalhos burocráticos. A portaria 0446/13 do Gabinete da SEDUC/RO discorria sobre o Projeto Político Pedagógico, o assunto direcionado às discussões como diz Massalai (2014, p.119).

Estudos de Recuperação, Exames Finais, Frequência, Calendário Escolar, Horário de Planejamento e dá outras providências para as escolas públicas estaduais nas etapas de ensino e modalidades da educação básica” onde o orientador educacional comparece com algumas funções específicas, juntamente com outros técnicos educacionais

Esta portaria era um movimento trazida pelo Governo de Rondônia, chamado de “Educação de cara nova”.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILHENA

Ao debruçar sobre o processo histórico educacional da cidade de Vilhena, é necessário compreender o processo de colonização do estado de Rondônia, do qual a cidade de Vilhena faz parte. Salienta-se, dessa forma, a importância do contexto histórico e suas memórias educacionais no estado de Rondônia e, conseqüentemente, na cidade de Vilhena, a partir da primeira Instituição de Ensino “Wilson Camargo Coutinho”, Decreto Nº 353, de 10/08/1960.

A primeira professora da escola foi Noeme Barros Pereira; a escola era pequena e estava localizada às margens do Rio Pires de Sá, porém suas atividades somente iniciaram-se em setembro de 1962, ou seja, dois anos após, com 10 alunos, de forma provisória. De acordo com Rohden e Martins (2014, p.63, apud BRASIL,2000, p.113):

Brasil (2000) descreve que anterior a professora Noeme Barros, o professor normalista Wilson Coutinho, que teve seu nome em homenagem a escola e posteriormente trocado para Wilson Camargo, sobrinho do engenheiro Camargo Corrêa empresa responsável pela abertura da BR- 029, orientava os professores leigos da região e também alfabetizava as crianças da época, cobrando às vezes alimentos ou valores módicos por seus serviços. Ao longo do período de 1960 a 1980.

O Ensino era limitado ao nível primário e seu funcionamento era multisseriado, devido a quantidade mínima de alunos. Além disso faltavam recursos materiais e humanos. A escola tinha que suprir também as funções sociais. Em 1970, a Escola Wilson Coutinho passou por quatro endereços, até sua sede atual. A escola passou por ampliação em função da demanda, mas sua maior preocupação era a alfabetização.

Conforme ressalta Brasil (2000), em 4 de junho de 1974 foi implantado o Ginásio e dois anos depois a Pré-Escola. No dia 28 de setembro de 1977 foi integrado o 2º grau, que habilitava para o Magistério.

A cidade de Vilhena passou a qualificar vários professores pelo Nível Médio Técnico Magistério. No decorrer de 18 anos, a escola Wilson Camargo foi a única Instituição que promoveu esta qualificação no ensino entre 1970 a 1980. Segundo relato, o professor incentivava os moradores do local a estudarem, juntamente com a diretora de educação do território, Professora Marise Magalhães Costa Castiel, a

criadora da instituição pública, a Escola Isolada Wilson Camargo, pertencente a Porto Velho, assim como, Vilhena que, também fazia parte do distrito de Porto Velho.

Conforme relatam as autoras, Rohden e Martins (2014, p.65)

O Parecer 033/CTE de 29 de setembro de 1977 modificou o nome da Escola Isolada Wilson Camargo para Escola Territorial de 1º e 2º Graus Wilson Camargo e posteriormente com a mudança de Território para estado, passou a ser denominada Escola de 1º e 2º Graus “Wilson Camargo”, após, para atender a nova legislação de 1996, denominou-se Escola de Ensino Fundamental e Médio “Wilson Camargo”.

Para cumprir a exigência LDB nº 9394/96, de 2001, é formada a última turma do magistério, e passa a ser extinta esta habilitação profissional.

4 PERCURSO METODOLOGICO

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do paradigma qualitativo, utilizando o método de estudo de caso, e os seguintes instrumentos: questionários, registros e entrevistas semiestruturados. Realizou-se, ainda, uma revisão bibliográfica sobre a temática analisada.

Martins (2008, p. 11) ressalta que “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”.

Com base nessa premissa, a abordagem desta pesquisa foi qualitativa, e o estudo direcionado aos fenômenos sociais, através de coleta de dados, fazendo análise de problemas de cunho social, por meio de entrevistas, questionários e registros, através de fotos e documentações, para um melhor entendimento do objeto de pesquisa em questão.

Descreveram-se as características do estudo de caso, usando diferentes abordagens, qualitativas, não somente das vivências das práticas profissionais, mais também através da modalidade de pesquisa, como aplicação em muitos campos dentro das áreas sociais.

O estudo de caso foi usado como instrumento de investigação como modalidade de pesquisa e delineou como metodologia de investigação, a qual foi aplicada. Observa-se o quadro a seguir:

Finalidade	Característica
Exploratório	Nessa fase, o objetivo é desenvolver ideias e hipóteses para investigação, sendo que muitas pesquisas iniciam como estudo de caso, gerando uma lista de hipóteses para a pesquisa quantitativa.
Construção de Teoria	Uma área específica onde os casos são contundentes, o estudo de caso irá construir a teoria.
Testar a teoria	Apesar do seu uso limitado para testar a teoria, o método de estudo de caso tem sido utilizado em gestão de operações, a fim de testar questões complicadas.
Aperfeiçoar a teoria	Os estudos de caso também podem ser usados visitando ao aprofundamento e à validação de resultados empíricos de pesquisas anteriores.

Fonte: Wesley R. S. Freitas e Charbel J. C. Jabbour (2011)

A realização do estudo é uma tarefa árdua, exigindo tempo e dedicação de quem está pesquisando, a cada passo, “os trabalhos são sujeitos a críticas em função de limitações metodológicas na escolha do (s) caso (s), análise dos dados e geração de conclusões suportadas pelas evidências” (MIGUEL, 2007, p. 217).

O estudo de caso é limitado e passa a ser um método mais adequado, para aprofundar as pesquisas em todas suas nuances de forma que organizada. “Nesse sentido, mesmo conduzindo-se um caso único, podem-se tentar algumas generalizações, quando o contexto envolve casos decisivos, raros, típicos, reveladores e longitudinais (YIN, 2005).

O quadro a seguir mostra uma análise de Freitas e Jabbour (2011, p. 11), conforme citado por Yin (2005) e Gummesson (2007).

Critérios para a garantia da excelência em pesquisa científica	
Validade	Pode ser interna, quando se refere a estudos explanatórios que buscam relações causais; e externa, quando as descobertas do estudo de caso são generalizáveis, ou seja, seus resultados são aplicáveis a outros casos (YIN, 2005).
Generalização	A generalização está intimamente relacionada com a validade e às vezes é chamada validade externa, sendo que os resultados da pesquisa são utilizados em aplicações específicas (GUMMESSON, 2007).
Confiabilidade	O principal critério da ciência é a confiabilidade. Um estudo com alta confiabilidade pode ser replicado por outros pesquisadores (GUMMESSON, 2007), sendo que o objetivo é garantir que outro pesquisador possa chegar aos mesmos resultados, para tanto se utiliza um protocolo de estudo de caso (YIN, 2005).

Fonte: Freitas e Jabbour (2011)

Foi utilizado o estudo de caso como estratégia de pesquisa, partindo do objetivo de unir os dados que permitiram o esclarecimento sobre a Orientação Educacional, dentro do ambiente escolar, estando os resultados obtidos pelos indicadores, em concordância com as políticas educacionais do Município de Vilhena/RO, através da SEMED.

4.1 Caracterização do campo de pesquisa

O município de Vilhena localiza-se na Chapada dos Parecis, região Norte do Brasil, sudeste do estado de Rondônia. A cidade de Vilhena está localizada na entrada da região Amazônica e, devido a este fator, é conhecida com Portal da Amazônia. Seu clima é parecido com o da Amazônia, é tem a temperatura menor

que das outras cidades de Rondônia. Vilhena fica localizada no sudeste do estado de Rondônia, nas microrregiões de Chupinguaia, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste e Vilhena.

A mesorregião do Leste Rondoniense fica localizada na área de baixo planalto, com uma pequena inclinação em direção aos cursos das águas. A Mesorregião é formada pelos municípios de: Alvorada d'Oeste, Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná e Vilhena.

A latitude da cidade de Vilhena é de 12°44'26" sul e a uma longitude de 60°08'45" oeste, estando a uma altitude de 612 metros. Sua extensão territorial é de 11.519 km², representando 4,8% do estado de Rondônia. As cidades limítrofes de seu território são: Espigão d'Oeste ao noroeste, Chupinguaia, Pimenta Bueno ao oeste e Colorado do Oeste ao sul. A população estimada da cidade de Vilhena é de 97,448 pessoas, segundo o censo de 2018. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade e de 97,8%, matrículas no ensino fundamental em 2017 foram 13.956 e no ensino médio de 3.251.

Docentes no ensino fundamental em 2015 foram 553, docentes no ensino médio em 2017 foram 214 docentes. Número de estabelecimento de ensino fundamental em 2017 era de 43 escolas e no ensino médio de 12 escolas. O IDEB nas séries iniciais do ensino fundamental, em 2015, foi de 5,6 e das séries finais do ensino fundamental de 4,3.

O locus da pesquisa foi às escolas de Educação Infantil e Ensino fundamental I e Ensino Fundamental II, da rede municipal da cidade de Vilhena. Antes do início da pesquisa foi solicitada a autorização da Secretaria da Educação (SEMED) para realizar as entrevistas com os Orientadores Educacionais, Supervisões Escolares e Diretores Escolares em algumas escolas da rede municipal de Vilhena, assim como também, com Gerentes Pedagógicos da SEMED.

As Instituições de Ensino da rede municipal "SEMED" são constituídas de 29 escolas que abrangem desde a Creche III ao Ensino Fundamental II. O Site da Prefeitura relata o papel social da Secretaria de Educação (SEMED):

A Secretaria Municipal de Educação é de extrema importância para qualquer cidade. Pois é ela que promove a elaboração e execução do plano municipal de educação e de convênios educacionais pelo município, bem como promove o cumprimento da legislação e regulamentos da educação. Ela também promove o controle e a fiscalização do funcionamento dos estabelecimentos de ensino

municipal. E elabora planos e programas objetivando a melhoria quantitativa do ensino municipal e é essa Secretaria que propõe ao chefe do executivo municipal a criação e/ou desativação dos estabelecimentos de ensino da rede municipal.

Outra função da SEMED é promover a educação básica através do ensino e combate ao analfabetismo, bem como a assistência social, sanitária, psicológica, material, alimentar médico odontológica espiritual ou outros programas de apoio ao educando. A Secretaria de Educação também fomenta estudos, pesquisas, planejamentos e avaliações referentes ao campo educacional. E ainda organiza as atividades que visem o cumprimento das atividades oficiais de caráter cívico, bem como planejar, controlar e promover a execução de programas desportivos e de lazer na área escolar. A SEMED também promove o entrosamento entre instituições educacionais e escolas municipais. (RONDONIA. 2019)

A SEMED, como Secretaria da Educação, tem fundamental importância de cunho social, no incentivo para que as escolas promovam ações dentro da legalidade, de uma forma contínua na melhoria da educação.

4.2 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa tem como sujeitos da investigação 10 educadores, os quais são nove pedagogos, e um licenciado em letras com especialização em OE todos servidores do município de Vilhena. Os sujeitos foram escolhidos a partir dos parâmetros: ser pedagogo com habilitação em orientação escolar ; ser especialistas em OE; ser pertencente ao quadro da semed de vilhena.

A pesquisa foi realizada com os membros da equipe administrativa e gestora das escolas municipais de Vilhena, vinculados como funcionários efetivos da Secretaria de Educação do Município (SEMED). Os Orientadores Educacionais, Supervisores Escolares, Diretores e Gerentes Pedagógicas da Secretaria da Educação são peças fundamentais no cotidiano de uma Instituição de Ensino. A escolha desses sujeitos é uma forma estratégica de entender melhor, as ações em que eles estão envolvidos na escola e suas integridades, e o que significa o seu papel, na organização, articulação e mobilização de toda a comunidade escolar, em prol de uma educação de qualidade. Os funcionários foram identificados e categorizados em cada escola, por exemplo, Orientadores Educacionais (as) OA, OB, OC, OD, Supervisores (as) AS, SB, Diretores (as) DA DB e Gerentes Pedagógicos (as) da SEMED GA, GB.

No quadro a seguir apresenta-se a formação dos profissionais entrevistados, em cada uma das categorias funcionais, do quadro de funcionários das escolas municipais da cidade de Vilhena e da Secretaria da Educação do Município de Vilhena.

GERENTE PEDAGÓGICO	
FORMAÇÃO	
GA	Formação acadêmica: Pedagogia /UNIFLOR/MT; Especialização em Mídias na educação / UNIR e Gestão Ambiental/IFRO; Mestre em Educação/UFMT.
GB	Pedagoga (UNIR), espec. Orientação educacional (Unir e FAP), mestre em educação (UFMT).
DIRETOR ESCOLAR	
FORMAÇÃO	
DA	Pedagogia -Gestão orientação e supervisão com ênfase em psicologia (VEC)
DB	Pedagogia (UNIR) Especialização em Gestão Escolar (FAROL)
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	
FORMAÇÃO	
AO	Pedagogia (AVEC- Associação Vilhenense de Educação e Cultura) Especialização em Orientação Educacional (FAP- Faculdade de Pimenta Bueno)
OB	Pedagogia (unir), Especialização Gestão, Supervisão e Orientação Escolar (IES-MT).
	Pedagogia (unir), Especialização Gestão,

OC	Supervisão e Orientação Escolar(IES-MT)
OD	Graduada em Letras/Literatura pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR Especialização em Psicopedagogia e Educação Especial pela FID – Faculdades Integradas Diamantino – MT, Especialização em Orientação Educacional pela FAP – Faculdade de Pimenta Bueno – RO, Especialização UFC – Universidade Federal do Ceará em AEE – Atendimento Educacional especializado e em Gestão Escolar pela UNIR – Universidade Federal de Rondônia.
SUPERVISÃO EDUCACIONAL FORMAÇÃO	
SA	Licenciada em Pedagogia – Habilitada: Magistério das Matérias Pedagógicas no Ensino Médio, Magistério nas Anos Iniciais e Magistério da Educação Infantil, Supervisão Escolar (UNIR) e Gestão. Especialização em Orientação Educacional (FASA).
SB	Pedagogia e Especialização em Supervisão e Direção Escolar (AVEC-Associação Vilhenense, de Educação e Cultura-)

Fonte: Quadro elaborado pela autora dessa pesquisa

4.3 Coleta de Dados

O instrumento de pesquisa foi constituído por entrevista semiestruturada para coletas de dados. A entrevista semi estruturada é utilizada para ampliar as pesquisas em ciências humanas, e seu uso é frequente nas investigações, tendo apoio teórico como metodologia. A metodologia explícita enfatiza as narrativas no âmbito da natureza da investigação qualitativa.

O método qualitativo tem em suas características a abordagem singular do campo dos sujeitos pesquisados. As entrevistas permitem aprofundamento das investigações, através de combinação dos contextos sociais, permitindo a maior compreensão que motivam a justificativa e as ações informadas.

Afirma Martins (2008, p. 22):

O investigador deverá escolher uma técnica para coleta de dados necessários ao desenvolvimento e conclusões de sua pesquisa. Em um Estudo de Caso a coleta de dados ocorre após a definição clara e precisa do tema, enunciado das questões orientadoras, colocação das proposições – teoria preliminar -, levantamento do material que irá compor a plataforma do estudo, planejamento de toda a pesquisa incluindo detalhado protocolo, bem como as opções por técnicas de coleta de dados.

Quando se trata da coleta de dados, pode haver algumas divergências existentes, mesmo nas pesquisas qualitativas, com diferentes questionamentos éticos no método a ser utilizado. Na entrevista qualitativa foram utilizadas as seguintes técnicas: A observação participante, entrevista semi-dirigida e análise de documento.

Locimar apud André (2005, p.26), explica que "[...] a observação é chamada de participante porque se admite que o pesquisador tenha sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado".

As observações dos participantes na pesquisa são de fundamental importância devido a levar ao conhecimento do meio em que está inserido, como no caso dos Orientadores Educacionais, Supervisores Escolares e Diretores Escolares, que fazem parte do ambiente escolar, e as ações que eles estão envolvidos dentro e fora da escola, através da Secretaria da Educação.

5 RELATOS E VIVÊNCIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SUAS PERSPECTIVAS

Segundo informação da Secretaria de Educação de Vilhena, antiga SEMEC (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), até o ano de 2001, e passa a ser SEMED, a partir de 2002, a primeira professora contratada pela rede Municipal de Vilhena foi em 01/04/1989, e a primeira Orientadora, em 01/07/1989.

A Gerente Pedagógica GA está no cargo há 15 anos, como professora efetiva da Rede Municipal de Ensino, sendo oito anos dedicados às Gerências de Educação Ambiental, da Equipe de Formação Continuada e, atualmente, como Gerente Pedagógica do 1º ao 5º ano.

As experiências educacionais da Gerente Pedagógica GA iniciaram-se no curso de magistério, concluído no ano 2000. Em 2002 iniciou carreira como educadora, atuando na educação infantil. Desde então, são 19 anos dedicados ao aprimoramento da prática pedagógica.

Esta profissional tem atuado desde o berçário até o 5º ano, além de exercer a função de Orientadora Educacional, durante o período de 01 ano e 08 meses.

Esta vivência em sala de aula foi de grande valia para o período em que foi formadora dos Programas de Formação Continuada desenvolvidos na SEMED. Atualmente, também atua no Ensino Superior.

O orientador educacional tem papel fundamental no espaço escolar, sendo sua atuação junto à equipe de gestão escolar, imprescindível para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça da melhor maneira. É o elo entre escola e família, e de extrema importância para o acompanhamento individual e de qualidade de cada aluno recebido na escola.

Em termos de estrutura física, todo orientador Educacional tem a necessidade de um local reservado e tranquilo que lhe permita atender, individualmente, pais e alunos de acordo com a demanda.

Outro espaço importante para a atuação do orientador é o de convívio com os demais profissionais da equipe escolar. Neste contexto, ressalta-se a importância de todos conhecerem a função deste profissional na escola, pois o Orientador

Educacional deve estar envolvido diretamente com os processos de ensino e aprendizagem, nos momentos de formação continuada e planejamento.

Já existiu na Rede Municipal uma gerência pedagógica para fazer o acompanhamento deste grupo. Atualmente, cada gerente acompanha àqueles que atuam nas escolas que correspondem as suas respectivas áreas de atuação. Educação Infantil, Fundamental Anos Iniciais, Fundamental Anos Finais e EJA.

A Gerente Pedagógica GB, está no cargo de Gerente Pedagógica da Educação Infantil há 23 meses, tendo 12 anos de exercício profissional como Orientadora Educacional concursada.

Essa profissional iniciou a graduação em Pedagogia na UNIR/Vilhena, em 2001 e, desde então, aprofunda-se em estudos sobre a docência e a atuação profissional do Orientador Educacional (OE). Assinala a opção por esta área, pela estreita identificação com a gestão de projetos e por afinidade com a área psicossocial e relações interpessoais. Essa profissional completa 18 anos inteiramente envolvida com a educação.

Para conhecer detalhadamente o seu percurso formativo e experiência profissional, acessar currículo lattes, através do link <http://lattes.cnpq.br/6858021963727217>.

Como profissional, em relação à Orientação Educacional nos dias atuais?

Infelizmente, nem todos os Orientadores Educacionais estão nesta função por opção ou por afinidade, há casos de readaptação que atuam com muita qualidade, mas alguns não apresentam o mesmo empenho.

Outro fator importante é a falta de conhecimento sobre as atribuições desta função, tanto por parte do próprio Orientador Educacional, quanto por parte da equipe da instituição escolar. Isto implica diretamente na organização, planejamento e realização das atividades do Serviço de Orientação Educacional.

O Orientador Educacional deve atuar de forma direta no processo de ensino e aprendizagem, fazendo intervenções coletivas e individuais. Deve atuar como um formador dentro da escola, trazendo à tona os desafios identificados no Serviço de Orientação Educacional, que podem ser solucionados via metodologia e didática na sala de aula.

Este profissional realiza o elo entre escola e família, atende de maneira democrática e diplomática as demandas, tanto da escola, quanto dos pais ou responsáveis, visando sempre o bem-estar do aluno.

Em sua opinião, como deve ser o espaço ideal para o Orientador Educacional desenvolver seu trabalho?

Entendemos que, se houver a aplicação na íntegra das atribuições do Orientador, previsto no contrato de trabalho e PCCS, vai se perceber, de fato, a real importância deste profissional no espaço escolar. Para Grispun (2003),

A orientação deve buscar uma visão mais completa da realidade e do sujeito, as especificidades do campo de ação ajudam o entendimento da totalidade, sem perder de vista a singularidade. Nessa abordagem, novos aliados terão o trabalho próprio na escola, nos quais três indicativos se impõem: a comunicação, a argumentação e a reflexão. Eles são dados significativos à formação do sujeito. A multiplicidade dos enfoques e análises que caracteriza o fenômeno educativo não torna inócua a Orientação Educacional, ao contrário precisamos dela como campo de ação e investigação para dinamizar o processo educativo e a formação do aluno cidadão. (GRINSUN, 2003, p.92).

O Orientador Educacional deve atuar diretamente envolvido no processo de ensino e aprendizagem, zelando pelo pleno desenvolvimento dos alunos, além de intervir, durante as formações continuadas e nas reuniões pedagógicas, junto ao seu grupo e também com os pais.

Necessária se faz uma melhor organização em termos de planejamento e documentação, pois encontram-se desafios quanto ao registro de atendimentos realizados pelo orientador.

Esta falta de documentação e histórico demonstra fragilidade no atendimento e o não cumprimento e uso de técnicas didático-pedagógicas que podem auxiliar na superação dos desafios quanto à aprendizagem das crianças.

Pode-se observar, também, que o ideal em relação ao atendimento do Serviço de Orientação Educacional está diretamente ligado à formação dos profissionais, visto que alguns estão readaptados nesta função e não detêm conhecimentos sobre a atuação e, em outros casos, não tem afinidade com esta atividade, o que acaba dificultando os trabalhos.

Em relação ao espaço ideal de trabalho dentro da estrutura física, o Orientador Educacional necessita de um espaço tranquilo e que permita o

atendimento individual e reservado, afinal há muitos momentos que necessitam de sigilo para as conversas com as famílias e professores.

Como é a interação do Gerente Pedagógico da SEMED e os Orientadores Educacionais da Rede Municipal de Educação?

Anteriormente havia uma gerência pedagógica para Orientação e Supervisão, e esta era responsável por acompanhar e realizar as formações com estes profissionais. Atualmente, entretanto, cada gerencia atende um grupo de escolas. A entrevistada, enquanto gerente da Educação Infantil, oferece assessoria pedagógica às escolas que atendem esta etapa.

A interação é realizada conforme agenda de cada gerente e sempre que é solicitado pelas instituições escolares. A formação continuada é integrada com os Coordenadores – orientação e supervisão – para que estes atuem como formadores em suas respectivas escolas.

A entrevistada salienta que realizou uma especialização específica em Orientação Educacional, com duração de quase 400 horas de formação sobre esta atividade profissional. Desde então, enfatiza, tem procurado leituras e pesquisas que ajudem a compreender a dinâmica do Orientador Educacional.

Dentre as leituras mais importantes, incluem-se: Giacaglia – Orientação Educacional na prática; Grinspun – A OE.: conflito de paradigmas e alternativas para a escola; Luck – Planejamento do OE. e o Trabalho integrado da Orientação; Além de Luckesi, e Sara Paín, dentre outros, que nos ajudam a refletir sobre os desafios e problemas de aprendizagem. f

Uma proposta que o entrevistado julga interessante, é incluir o Orientador Educacional como formador nas escolas, fortalecer o trabalho de intervenção na aprendizagem, sem perder o foco na essência da escola que é a área pedagógica.

Realizar formações para aprimorar o registro e documentação do Serviço de Orientação Educacional, e ampliar os conhecimentos profissionais. Valorizar e esclarecer sobre a importância do Orientador Educacional nas instituições escolares, afinal toda escola precisa de um bom Orientador Educacional, envolvido e comprometido com o fazer pedagógico.

O Orientador Educacional deve assumir um papel de investigador, estar atento, ouvir as crianças, seus colegas professores e a família, unindo as necessidades e anseios em prol do bem-estar e desenvolvimento do aluno.

Definitivamente, salienta o profissional, que não conseguiu esgotar as informações e questões que abarcam a tarefa do Orientador Educacional, afinal a educação é complexa e exige de todos, um comportamento inventivo e reflexivo da prática cotidianamente.

A Diretora Escolar DA, inicia suas respostas com: “Então, me apaixonei”, desde cedo pelo ato de educar, acompanhado minha prima que era professora e levava atividades da escola para terminar em casa. Fiz por opção o magistério e logo ingressei no trabalho como professora de Pré-III e 1º ano, onde me identifiquei, assim, com a alfabetização. Acredita a entrevistada, depois de 18 anos trabalhando na educação, que para a construção de um mundo melhor, necessário se faz a transformação dos alunos “crianças”, através da Educação, desde pequenos.

Na questão da atuação do Orientador Educacional, é de suma importância, visto que as crianças trazem de casa muitos problemas familiares que afetam o seu ensino e aprendizagem. Elas precisam ser ouvidas, compreendidas e ajudadas, e estas são algumas das funções da Orientação Educacional. Neste processo, muitas vezes se faz necessário, buscar suporte, ajuda, através de encaminhamento a outros profissionais de outras áreas, como psicólogos, psicopedagogos, não somente os alunos, mais também os responsáveis.

O Orientador Educacional é importante no trabalho diário da Gestão Escolar, dando suporte aos professores no que diz respeito às questões disciplinares e acadêmicas dos alunos e no favorecimento da valorização do ser humano. Este profissional ajuda nas elaborações de projeto escolares da instituição e na aproximação dos pais à comunidade escolar.

Nota a relação do Orientador Educacional no processo do ensino e da aprendizagem dos alunos?

Ele é parte integrante da escola, tem que estar sempre aberto ao diálogo, tanto com o aluno, como com o professor.

O Orientador Educacional deve ser **acessível** “próximo” aos pais, devendo, em seu foco, buscar novas estratégias para lidar com obstáculos no ambiente escolar ao qual enfrenta diariamente; **ousado**, na tentativa de descobrir dados da vida do aluno, fazendo com que pais “responsáveis” participem mais da vida escolar dos seus filhos.

Giacaglia (1997, p. 9-10) afirma que:

O sigilo das informações constantes dos prontuários dos alunos deve ser igualmente preservado. Assim, questionários preenchidos com dados mais íntimos sobre o aluno e seus familiares; resultados de entrevistas e de testes e opiniões de professores sobre determinado aluno devem ser mantidos fora do alcance de pessoas que, propositada ou casualmente, possam chegar a eles. Por esse motivo, tais dados devem ser arquivados no SOE em local seguro, com chave, ao qual apenas o Orientador Educacional tenha acesso.

O sigilo é de fundamental importância, pois esse profissional está lidando com pessoas e devem ser mantidas suas integridades.

O professor entrevistado salienta que o Orientador Educacional deve executar apenas o seu papel, e que não deve ser a ele atribuídas, funções de outros setores, como exemplo: Quando um professor falta, muitas vezes é a Orientação Educacional que substitui essa ausência.

O Orientador Educacional é responsável pela execução de vários projetos que vem de outros setores e órgãos, e a atribuição de outras funções, impediriam a elaboração e execução dos projetos direcionados à realidade da comunidade escolar.

A falta de parecerias dentro da comunidade escolar dificulta o papel do Orientador Educacional, pois em alguns casos, os alunos precisam de acompanhamento psicológico ou psicopedagógico, e outros acompanhamentos com profissionais de diversas áreas. E o Município, no entanto, não está preparado para essa demanda.

O Orientador Educacional tem que ter uma estrutura apropriada para colocar seu trabalho diário em prática, com um armário com chave, para armazenar as fichas de atendimento, e sala individual para os aconselhamentos.

Ao fim do questionário fez-se o seguinte questionamento à entrevistada: **“Gostaria de fazer alguma ressalva e dar sua opinião sobre alguma coisa que não foi citada em relação a Orientação Educacional?”** A resposta que a entrevistada deu **“Valorização!”**.

A Diretora Educacional DB relata que sua experiência com a educação, teve muitas coisas boas e ruins. No começo não foi fácil, mas com o passar do tempo, o professor acaba por adequar sua rotina com as crianças e com escola.

A Diretora Educacional afirma que hoje, a educação escolar faz parte de sua vida, pois tanto dentro, como fora do espaço físico escolar, o seu pensamento está ligado na escola. Afirma, ainda, que sua experiência na educação foi muito boa, e que não tem nada a dizer de negativo.

Com relação ao Orientador Educacional, vejo a presença deste profissional como imprescindível para os objetivos da educação. Acredito que é uma profissão para a educação perfeita, não vejo outras palavras.

A Diretora relata que, ainda estudando na faculdade, fez uma pós-graduação em gestão, supervisão e Orientação, antes de terminar a graduação, com o intuito de ser uma Orientadora Educacional, porém quando fez o concurso, havia poucas vagas, optando por uma vaga em sala de aula. Entretanto, futuramente, se tiver concurso para essa área afirma, com certeza, que concorrerá.

O papel do Orientador Educacional, para a Diretora, é de suma importância para o processo educacional das crianças. Acredita que esse profissional é fundamental para a escola, pois, sem ele, a escola não funcionaria adequadamente. Além do mais, este profissional faz parte da gestão escolar, com projetos e atribuições diversas em quase todos os setores da escola.

Em relação ao perfil do Orientador Educacional, a Diretora Educacional enfatiza que deve ser uma pessoa corajosa, sabia, culta, tem que gostar muito de ler, estar sempre se dedicando a sua prática e tem que ser por amor a sua carreira.

Na nossa escola, a Diretora afirma, o Orientador tem total autonomia para desenvolver os projetos e trabalhos educacionais. A relação entre a Direção e a Orientação é muito boa, no entanto, é lógico que ninguém vai fazer tudo sozinho. Dessa forma, embora com total autonomia, tudo é discutido pela equipe gestora. Os aconselhamentos da Orientação Educacional não se limitam às crianças e aos pais, mas se estendem à equipe toda e a todos os setores da comunidade educacional.

A Orientadora Educacional OA ingressou na educação como professora, em 1994, e assumiu a Orientação Educacional em 2007. Relata que, no início de sua carreira como Orientadora Educacional foi bem difícil, porém não foi impossível. A falta de experiência, às vezes, tornou tudo muito confuso. Apesar de já estar na educação há catorze anos, era uma nova função e, por isso, teve que estudar sobre o papel do orientador dentro da instituição, principalmente, para que eu não confundir as funções do cargo em questão.

A Orientadora Educacional relata: “Passei por mistos de emoções, ultrapassei as barreiras do medo e da incerteza, muitas vezes me senti uma intrusa no ninho do vizinho; houve momentos em que me senti útil e feliz por auxiliar um aluno e sua família, mas também momentos em que me senti a pior pessoa do mundo por não poder ajudar a quem me implorava por “socorro”.

Observa, ainda, que, hoje, depois de treze anos de experiência no cargo, passou a ter uma visão bem mais ampla e amadurecida, conseguindo lidar com as emoções diárias, de maneira que as mesmas já não a atingem com tamanha violência, sentindo-se segura ao lidar com as situações adversas do dia a dia.

Tempo atrás se via a Orientadora Educacional, como alguém que estava lá para enfeitar uma sala num canto qualquer, no máximo para “passar a mão na cabeça do aluno”, fazendo de conta que trabalhava.

Atualmente, observa-se que o Orientador Educacional está atuando com mais autonomia, tendo voz ativa e sendo respeitado, sendo visto e valorizado como parte integrante e fundamental da Instituição Escolar onde atua. Aos poucos o Orientador Educacional foi conquistando um lugar ao sol na educação, principalmente dentro de sua própria instituição.

A Orientadora relata que, hoje, embora tenha um espaço físico próprio, a sala tem iluminação inadequada e mal arejada, com alguns móveis, mas mostra-se suficiente para desenvolver o trabalho com os alunos e seus responsáveis.

Por enquanto, o arquivo morto se acomoda no espaço destinado a essa finalidade. Sic “Me lembro que não tinha sala para conversar com os pais, então andava pelo pátio da escola até encontrar uma sobra ou usar a pequena cobertura (quadra)”. “Busco sem cessar cada vez mais autonomia e segurança, as quais foram conquistadas com a maturidade e a autoestima”.

A relação da Orientadora Educacional com a equipe escolar é muito boa, pois existe respeito entre todos, que é cultivado uns pelos outros, e quando limites tendem a ser ou são ultrapassados, senta-se, pondera-se e resolve-se tudo sobre o ocorrido.

A equipe da secretaria contribui com a Orientação Educacional sempre que é solicitada e vice-versa. Existe uma relação de confiança, onde a ética jamais deixa de existir.

A parceria com a equipe pedagógica está presente durante todas as ações, porque se visa, em primeiro lugar, o bem-estar dos alunos. Dessa forma, não se

medem esforços e nem tempo para se encontrar uma solução plausível para cada problemática. A seguir relata-se as bibliografias utilizadas pela orientadora pedagógica:

- a) Bíblia Sagrada
- b) LDB
- c) ECA
- d) Constituição Federal
- e) Nova Escola
- f) Sites relacionados à educação
- g) “Ajudando os filhos a sobreviverem ao divórcio – Archibalb D. Hart”
- h) “Pais brilhantes / professores fascinantes - Augusto Cury”
- i) “Pais inteligentes formam sucessores, não herdeiros – Augusto Cury”
- j) “Pais amorosos, filhos felizes – Jeannine Cunnion”
- k) “É seu filho, não um hamster – Kevin Leman”
- l) “Desenho da criança – Maureen Cox”
- m) “Uma escola para todos
- n) Filmes relacionados à educação e as diversas problemáticas encontradas

Para cumprir todas as ações especificadas no plano de ação, a Orientadora depende de diversos fatores, principalmente, do seu planejamento semanal, das ocorrências diárias que envolvem alunos ou não, da equipe escolar, das parcerias com o Ministério Público, com o Conselho Tutelar, com a Secretaria de Educação e outros.

Sendo assim, a Orientação Educacional procura seguir o plano de ação, mas, às vezes existem situações que exigem mudanças e a busca por outras estratégias, conforme a problemática encontrada no decorrer do ano letivo.

O Orientador deve acima de tudo ser ético, buscar a organização de seus arquivos, tanto ativos quanto passivos, conviver de forma harmônica com a equipe escolar e responsáveis, colaborar no desenvolvimento dos projetos realizados no ambiente escolar e fora dele, ser um indivíduo receptivo, bom ouvinte, seguro em suas decisões e acima de tudo ter autoestima elevada.

Sendo assim, buscará a autonomia em seu trabalho sempre e sem necessitar impor nada a ninguém. Enfim, o Orientador Educacional deve ser bem humano, o que lhe possibilitará se colocar no lugar do outro, sempre que necessário for. Ah! Amar o que faz e tudo se tornará muito mais simples.

A Orientadora Educacional OB, relata que mesmo estando diante de tantos desafios diários, aparecem situações bem complexas, até com grau de perigo, que abala a profissional emocionalmente; são histórias de vida de cada criança, de cada família, às vezes de sofrimento, de violência, de miséria, de abandono, e outras que aparecem a cada dia.

A Orientadora Educacional precisa se fortalecer emocionalmente, espiritualmente, em conhecimentos específicos, estar atualizado com os acontecimentos nas diversas esferas, pois a sua clientela é cada vez mais diversificada.

A atuação da Orientadora Educacional é cobrada dentro do ambiente escolar, porém quando se cobra a responsabilidade dos responsáveis legais, nunca temos retorno. Sic “caminhada, existem muitas histórias maravilhosas, de sucesso, de alegrias e momentos inesquecíveis, quando uma mãe ao fim de um ciclo de ensino, que dura de 1 a 5 anos, reconhece que seu trabalho, sua persistência, sua cobrança, fez toda a diferença para seu filho”.

Em alguns casos, as crianças te agradecem por algo simples como um curativo, um conselho, uma palavra. Quando o professor percebe, elogia seu trabalho e esforço, mesmo não conseguindo ajudar integralmente. Como afirma Grinspun (2003, p. 149-150).:

A prática de orientador, hoje, deve estar em procurar ajudar o aluno a construir o conhecimento, a facilitar as condições de aquisição desse conhecimento, promovendo as interações e toda a teia de relações que envolva o sujeito e o meio. Os sentimentos permearão todo o processo e o seu significado será valorizado na construção pretendida. É com esse desafio que o orientador, na prática, terá que lidar: ajudar o aluno, orientá-lo no sentido de permitir viver seus desejos, sonhos e paixões, que se interrelacionam com os saberes, com os fazeres, com o próprio conhecimento.

Finalmente, relata a Orientadora que tenta melhorar a cada dia, incorporando novas formas de atuação no dia a dia, através da afetividade e do carinho conquistando as crianças, e que seu objetivo maior é seguir firme, acreditando na Educação transformadora que pode salvar e libertar nossas crianças.

O Plano de ação da Orientação Educacional tem o intuito de mostrar, aos educandos, seus direitos e responsabilidades, como também motivá-los e encorajá-

los, visando o crescimento intelectual, emocional, pois eles são a razão de estarmos aqui.

Como Orientadora Educacional tenho muito a fazer, a crescer, a aprender, a contribuir e nessa ideia que vou continuar minha jornada de Orientadora Educacional até o fim. com a graça de Deus.

Meu olhar é de esperança e de certeza que somos parte fundamental dentro da escola, através do meu trabalho posso fazer a diferença em muitas vidas; acredito que com amor, coragem, fé e através de uma conversa, um abraço, uma atitude, um conselho e até através de um olhar posso ajudar essas crianças a serem cidadãos éticos, tolerantes e fortes para enfrentar esse mundo desafiador que estamos vivendo.

Porque diante de tantas mudanças, problemas que existem nas diversas áreas, precisamos ser resilientes e fortes para que sejamos exemplos para os pequenos.

Eu acredito em dias melhores para todos, e será possível quando os governantes, os nossos representantes, começarem a pensar em alguém, além deles próprios e de seus interesses.

No aspecto, estrutura física, meu ambiente de trabalho está bem abaixo do desejado; a escola está com muitos problemas em sua: estrutura, infiltrações, telhado, falta de climatização, banheiros danificados, rampas inadequadas entre outros. A escola está completando 20 anos, e as reformas que foram feitas anteriormente resolveram momentaneamente. Assim, com exceção de 3 a 4 salas, o restante está sem ar-condicionado devido a subestação não suportar a quantidade necessária de energia. A escola atende aproximadamente a 620 alunos em 22 turmas, sendo o trabalho por si, exaustivo e de certa pressão e tensão. Dessa forma, quando se precisa fazer um atendimento em grupo é bem complicado. Finalmente, a Orientadora salienta que gostaria de ter um ambiente sempre limpo (às vezes não tem pessoal, mas suficiente no apoio), uma sala maior, climatizada, pois isso melhoraria o desenvolvimento do seu trabalho.

No que diz respeito a escola em que trabalha, a Orientadora se sente confortável em dizer que durante os 19 anos que está nesta Instituição, só tem amor e gratidão pelas pessoas com quem teve a oportunidade de trabalhar, mesmo que algumas dessas pessoas hoje não façam parte da equipe, mas, certamente, contribuíram para meu crescimento profissional.

A Orientadora Educacional salienta, ainda, que cada um tem sua função dentro da escola, onde todos são parceiros, trabalhando em equipe, e com muita vontade de colaborar. Sente-se confortável em dizer que nunca sentiu vergonha de pedir ajuda, já que só as pessoas são fracas, mas, em equipe, todos se tornam muito fortes, pois uns dependem dos outros para conseguir realizar qualquer trabalho com sucesso.

Segundo a Orientadora, sempre houve uma boa relação com todos os colegas de trabalho, independente do setor, sentindo-se grata com todos e feliz com esta convivência.

Acredita, para exercer a função de Orientador Educacional, O indivíduo precisa estar em paz e harmonia, especialmente fortalecido na fé, para sermos flexível, justo no falar e no agir, e quando, por ventura errar, ter a humilde e a capacidade de reconhecer e pedir perdão quantas vezes for necessário.

Paulo Freire nos diz que:

Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação[...]Amor, não. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico. Como ato de valentia, não pode ser piegas; como ato de liberdade, não pode ser pretexto para a manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. (FREIRE, 2005, p. 92).

O trabalho do Orientador Educacional é muito importante e a coletividade e parcerias são aliadas fundamentais para o sucesso, para que alcançar pontos positivos. **“Harmonia e amor no trabalho”** é a chave.

São poucas as obras específicas da Orientação Educacional, mas irei citar alguns que gosto:

- Grispun, Mirian P. S. Zippin (A Prática dos Orientadores Educacionais).
- Luck, Heloísa (Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional)
- Paro, Vitor Henrique (Escritos sobre Educação)

- Eca, LDB, PPP, Regimento Interno, Código de Ética dos Orientadores Educacionais.

É notório, na atualidade, que se busque entender um pouco de cada área, no entanto, a Orientadora Educacional salienta que procura delimitar 100% da linha de estudo em estratégias e metodologia de ensino e aprendizagem, respeitando a legislação vigente. Dessa forma, baseia-se nas obras de Içami Tiba, Augusto Cury e Paulo Freire, que são autores inspiradores e motivadores na minha opinião.

Em relação ao plano de ação a entrevistada nos relata que sic “Sinceramente não!” Não consigo cumprir o plano de ação na íntegra. Quando faço uma reflexão, penso em tudo que fazemos, desenvolvemos e colaboramos durante o dia, o mês e o ano letivo. Conclui-se que fazemos muito mais do que somente as atribuições, principalmente, pela quantidade de alunos que somos responsáveis: 11 turmas, aproximadamente 310 alunos.

Na realidade é que algumas pessoas comentam que, *“não são todos que vão no SOE, correto”*, como já foi relatado antes, fazemos atendimentos de pais, de alunos, alunos/ professores, pais/pais, alunos/alunos, pais/alunos, individualmente e em grupo.

[...] as novas demandas sociais e educacionais cada vez mais evidenciam a necessidade de uma sólida formação teórico-prática dos profissionais da Educação para enfrentar os desafios e problemas de suas áreas específicas de atuação (SILVA, 2010 p.39)

Temos a responsabilidade por todos os registros de encaminhamentos de alunos através de documentos para AEE, Psicopedagoga, Psicóloga, Neurologista, fonoaudióloga, oftalmologista, Conselho Tutelar, Ministério Público e etc.

É de responsabilidade da Orientação Educacional a maioria das situações que acontece, e salientando que, na maioria, são problemas de pequena, média e grande complexidade, que exigem controle, paciência e coragem, tendo em vista que estamos expostos o todo tipo de pessoas.

A Orientação Educacional é responsável por desenvolver Projetos que venham de encontro às necessidades do setor. Entretanto, embora a Orientação realize muitas ações específicas da própria Orientação Educacional, ainda tem parcerias em outros projetos e ações desenvolvidos pelos professores e por toda a

escola, contribuindo com toda comunidade escolar para oferecer um serviço educacional melhor.

Sou Orientadora Educacional e escolhi essa profissão com muito amor, e enquanto ali eu estiver farei o melhor que puder, independentemente de comentários e do nível de valorização. Na atualidade, diante de tantas mudanças na sociedade, novas tecnologias, uma nova geração de filhos e pais com tanta diversidade de classes, culturas, gêneros etc., o Orientador precisa ser dinâmico, atualizado e com preparo emocional, físico e psicológico bem sólido, aperfeiçoar seu vocabulário e estar disposto a enfrentar os desafios que a cada dia aumentam e se diversificam dentro da escola.

Mas, para finalizar, acredito que o Respeito vem sempre em primeiro lugar, é com ética e verdade que você consegue estar bem para enfrentar qualquer coisa.

E acredito que é fundamental a Fé, a oração e a força que vem de Deus, ele diferente de qualquer outra coisa, jamais te abandona e sim te levanta, te anima, te encoraja, te flexibiliza, te perdoa e segura sua mão todo dia para seguir em frente.

A Orientadora Educacional OC, iniciou na educação em 1990, e em maio de 2007 começou a atuar, através de concurso. Segundo OC, nos últimos tempos os Orientadores Educacionais têm ganhado espaço no ambiente escolar, sendo um desafio para colocar em prática as suas atribuições quando as famílias se encontram em total desestruturação, muitas vezes as crianças chegam até a escola com uma versão distorcida da real função escolar “colocando a responsabilidade familiar na escola”.

O olhar profissional da entrevistada é atento as necessidades das crianças, de maneira profissional e afetiva, unindo, assim, aluno, família e escola, com desenvolvimento no âmbito intelectual, físico, social, moral, político e educacional.

Na escola em que OC trabalha, a estrutura é razoável. Ainda tem salas sem ar condicionado, parquinhos para atendimento às crianças a desejar, sala de vídeo não adequada, não tem sala de leitura, nem biblioteca. Entretanto, a escola conta com um quadro de professores altamente qualificado e comprometido com as suas atribuições, fazendo com que a qualidade de ensino seja elevada.

Existe boa relação afetiva com a equipe gestora, pedagógica, secretaria e equipe de apoio. A Direção da escola oferece autonomia para desempenhar as funções de Orientação Educacional de forma satisfatória.

Os autores que embasam a prática de Orientação Educacional são, Marise Miranda Gomes; Eloisa Luck; Miriam Paura S. Zippin; Paulo Freire; Rubens Alves; Lev Vygostsky.

Em relação ao plano de ação, OC relata que, infelizmente, não consegue desenvolver um trabalho de excelência, pois a demanda é muito grande e, na maioria das vezes, fica dependente de outros profissionais como oftalmologista, psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo e, até mesmo, neurologista, para atender todos os encaminhamentos feitos ao Serviço de Orientação Educacional.

O Orientador Educacional é mediador de conflitos, colaborador e articulador das políticas públicas educacionais no ambiente escolar, sendo uma ponte entre professor X aluno X família X escola, levando em consideração o diálogo.

A Orientadora Educacional OD, iniciou suas atividades como Orientadora Educacional na E.M.E.F. Prof.^a V(?), em 02/09/2014. Este ano completo cinco anos na função de Orientadora.

As experiências anteriores de OD sempre foram em sala de aula. No Centro Educacional Isolina Ruttman – SESI trabalhou como professora de Educação Infantil – Pré II, Professora do Ensino Fundamental I, antiga 3ª série, Professora de Língua Portuguesa de 6º ao 9º ano e na EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Como funcionária pública concursada pela Prefeitura Municipal de Vilhena - RO trabalhou como professora de Língua Portuguesa na E.M.E.F.C., assim como também atuou em sala de 3º ano, Pré-III e como Diretora Interina por três meses.

Outra experiência muito valiosa para a carreira profissional de OD foi o período em que atuou como professora substituta na UNIR – Universidade Federal de Rondônia, como professora no Curso de Letras, com a disciplina de Teoria Literária I.

Em 2007 foi convidada a trabalhar como Gerente Pedagógica/Coordenadora no Departamento Pedagógico da SEMED – Secretaria Municipal de Educação, onde permaneceu na função educacional, para o qual havia realizado concurso. Assim, foi lotada como Orientadora Educacional e também como professora de AEE – Atendimento Educacional Especializado, na E.M.E.F.

Professora V, na época, possuía contrato de 40 h semanais como professora de Língua Portuguesa, que foi reduzido, por solicitação, para 20h, para viabilizar a contratação como Orientadora. Assim, como na escola havia vaga, tanto para

professora do AEE, como para Orientadora Educacional, a professora optou pela lotação na escola.

A E.M.E.F. Prof.^a V. (?) atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos, na faixa etária de 6 a 15 anos, tanto no período matutino, quanto no período vespertino e a modalidade EJA – período noturno, com turmas de Alfabetização e o Seriado Semestral de 6º ao 9º ano, com alunos cuja faixa etária varia de 15 a 65 anos.

Considerada uma escola de periferia, a grande maioria dos alunos mora próximo à escola ou nos novos loteamentos construídos no entorno, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.

Apesar da proximidade da escola, muitos pais eram ausentes durante as reuniões convocadas pela escola, bem como não demonstravam muito interesse. Por esses motivos, foi preciso intensificar um trabalho voltado para a participação dos mesmos, no que diz respeito à aprendizagem dos seus filhos.

Assim, o trabalho da Orientação Educacional, em consonância com o trabalho da Equipe Gestora e a parceria da psicopedagoga, professores, pais e comunidade, tornou-se imprescindível.

Foi diagnosticado, logo de início dos trabalhos naquela escola, que um dos principais problemas estava relacionado à baixa qualidade da aprendizagem dos alunos nas áreas de Língua Portuguesa (domínio da leitura e escrita) e matemática (cálculo das quatro operações e resolução de problemas).

Em virtude do número de alunos repetentes, havia em algumas turmas alunos com distorção da idade, fator esse que acabava gerando dificuldade de entrosamento e adaptação entre os colegas, entre alunos e professor e em alguns casos, indisciplina e desinteresse.

Outro ponto observado pelo trabalho do Serviço de Orientação Educacional dizia respeito à existência de diversas patologias relacionadas à falta de higiene pessoal, como por exemplo, micoses, escabiose, dores de cabeça, dores de barriga, verminose, piolhos, dentre outras.

Como afirma Grinspun:

A prática de orientador, hoje, deve estar em procurar ajudar o aluno a construir o conhecimento, a facilitar as condições de aquisição desse conhecimento, promovendo as interações e toda a teia de relações que envolva o sujeito e o meio. Os sentimentos permearão todo o processo e o seu significado será valorizado na construção

pretendida. É com esse desafio que o orientador, na prática, terá que lidar: ajudar o aluno, orientá-lo no sentido de permitir viver seus desejos, sonhos e paixões, que se interrelacionam com os saberes, com os fazeres, com o próprio conhecimento. (2003, p. 149-150).

Entretanto, um fator que preocupava tanto a gestão, quanto os professores, era a quantidade de alunos com laudos de dificuldade de aprendizagem e deficiência intelectual.

A escola contava com uma equipada sala do AEE – Atendimento Educacional Especializado, no entanto, nem todos os pais dos alunos com esse tipo de laudo autorizavam os filhos a frequentá-la ou mesmo se disponibilizavam a trazê-los no contraturno.

A educadora lembra-se, com tristeza, que depois de comunicar a alguns colegas de trabalho que estaria trabalhando nessa escola, muitos a chamaram de “louca”, “doida”, ou disseram, ainda, que ela “não merecia estar lá”.

Nos primeiros meses de atuação como Orientadora, a educadora confessa que realmente ficou assustada, chegando a pensar que não aguentaria por muito tempo, tanto pelo volume de trabalho, quanto pelo número de atendimento a alunos indisciplinados, agressivos e violentos, totalmente desinteressados e com muitas dificuldades de relacionamento.

A Escola realmente apresentava muitos problemas, os principais deles, talvez, fossem: alta rotatividade de professores, muitas horas extra, ausência de supervisão educacional em todos os períodos e uma única Orientadora Educacional para atender a demanda de toda a escola.

A Orientadora Educacional ressalta que por ser uma pessoa que gosta muito de novos desafios, toda essa situação a fez perceber que precisava fazer algo diferente por aquela escola, por aqueles alunos e por toda a comunidade.

Assim, elaborou um plano de trabalho pautado na escuta e atendimento aos alunos e aos familiares, na tentativa de trazer os responsáveis para dentro da escola e fazê-los entender que essa parceria era essencial para a melhoria do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e afetivo dos alunos.

Em relação aos professores, a Orientadora procurou, durante todo o tempo que esteve naquela escola, em parceria com a gestão escolar, atuar de forma coletiva na elaboração de projetos de recuperação de estudos, a partir da necessidade de aprendizagem dos alunos, identificadas previamente por meio de

avaliações diagnósticas em sala de aula, de modo a garantir condições básicas para que o processo do conhecimento e de construção do saber realmente se efetivasse.

Além disso, a Orientadora Educacional promoveu e coordenou reuniões pedagógicas e grupos de estudo, para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e de propostas de intervenção na realidade da escola, bem como reunião de pais e de funcionários visando temas sobre trabalho em equipe e motivação.

Esse trabalho na E.M.E.F. V. trouxe para a própria Orientadora, experiências muito importantes para sua vida profissional, sendo quatro anos de muito aprendizado e transformações, tanto para a profissional, quanto para os alunos, pais e colegas de trabalho. Afirma, ainda, que embora não sendo fácil, sabe que contribuiu para as mudanças que lá ocorreram, mas o importante é que nunca deixou de acreditar que seria possível.

Como eu sei que consegui algumas mudanças graças ao meu trabalho?

A resposta vem do “muito obrigada” por parte de alguns pais, do abraço apertado dos alunos quando me viam, da conscientização feita aos pais, aos alunos e mesmo aos colegas professores da importância da união, da alegria de ver a escola cheia de pais durante as reuniões, e também da participação em massa dos pais e dos alunos durante as festas realizadas, do destaque que a escola vinha ganhando na mídia em decorrência de seus projetos, do valor que os alunos estavam dando a cada nova ação em prol da reforma da estrutura física da escola, a vontade de conversar, de se sentir pertencente à escola. Tudo isso e muito mais...

Este ano de 2019, a Orientadora Educacional começou um novo projeto cheio de sonhos ... desenvolver o seu trabalho como Orientadora Educacional na Escola F, e assim, como na E.M.E.F. V, deixar marcas positivas e multiplicar a crença de que tudo é possível por meio da educação.

Como Orientadora Educacional há quatro anos, acredito que o SOE – Serviço de Orientação Educacional exerce um papel fundamental dentro da unidade escolar, principalmente no que diz respeito ao modo como o profissional em Orientação vem auxiliando no processo educacional dos alunos, de maneira cada vez mais ampla e integral, privilegiando o desenvolvimento de todos os alunos, não mais apenas no que se refere ao seu futuro profissional, mas também emocional, ao modo como o aluno aprende a ser, a fazer, a conviver e a aprender.

Ao realizar o acompanhamento individual e/ou coletivo dos alunos, pais e professores, o Orientador não somente previne ou evita conflitos, mas também contribui para o desenvolvimento da inteligência emocional, tão necessária para a garantia da harmonia no ambiente escolar e o convívio em sociedade.

Vale ressaltar, porém, que nem sempre o Orientador Educacional consegue desempenhar com exatidão a sua função, visto que ainda é confundido como “o bombeiro da escola”, ou seja, aquele que “apaga os princípios de incêndio”, aqui traduzidos como brigas entre alunos, casos de indisciplina ocorrida dentro e fora de sala de aula e até mesmo do ambiente escolar e substituição de professores, entre outros.

Não que isso não faça parte das suas atribuições, mas em alguns casos, isso se torna uma rotina desgastante, visto que o trabalho do Orientador vai muito além disso, e a parte de encaminhamentos e relatórios é bastante burocrática, exige tempo e nem sempre é compreendida por parte dos pais e professores.

Na atual escola onde esta profissional desempenha as suas funções, a estrutura física do ambiente de trabalho é ótima, não tendo do que reclamar, mas seria interessante, entretanto, que a sala tivesse ao menos um ventilador instalado, haja vista na época da seca o calor ser intenso.

A Orientadora acredita, porém, que essa reivindicação será logo atendida já que a escola tem apenas um ano de existência e ainda se encontra em fase de estruturação. A gestão é bastante parceira e, até o momento, tem atendido aos pedidos de materiais que foram solicitados.

A Supervisora Escolar SA, já atua como supervisora nesta escola. O Supervisor é um dos principais parceiros de diretor escolar, possui um papel importante na escola e nem sempre é bem visto, Além de exercer várias funções, todo dia enfrenta um novo desafio, visando construir alternativas que apontem rumos adequados e satisfatórios, através de ações pedagógicas, com o intuito de potencializar o processo de ensino aprendizagem da escola. Desempenha o papel de articulador, como enfatiza Pimenta,

O ato de ensinar é complexo por si na medida em que é preciso ensinar numa população desconhecida [...] A presença do Pedagogo na escola é útil porque ele possui um repertório de conhecimentos que pode ajudar a equipe da escola no cumprimento da sua função. Estes conhecimentos precisam estar articulados no processo ensino

aprendizagem com objetivos sócios políticos (PIMENTA, 1991, p. 178)

O supervisor participa de planejamento, formação e orienta o professor entre muitas outras tarefas.

Na escola onde este profissional atua, a supervisão e a orientação trabalham em equipe. O foco principal são os alunos. Por outro lado, a orientação tem, também, um grande desafio, já que todo dia tem vários atendimentos tanto de alunos, quanto de pais.

O Supervisor observa que o Orientador Educacional faz várias intervenções para o psicólogo e fonoaudiólogo, entre outros. Está sendo cada vez mais requisitado no contexto escolar, mediante os problemas que as escolas têm enfrentado como indisciplina, conflitos familiares e auxílio para os professores para lidar com os educandos.

A relação do orientador na escola onde este Supervisor trabalha é muito boa, pois sempre se trabalha em equipe.

O orientador deve estar atualizado sempre, e gostar muito do que faz. Ser amigo, dinâmico...

Na relação do trabalho entre o Supervisor e o Orientador, há falta de tempo de estudo destes profissionais conjuntamente, já que, mesmo trabalhando sempre em equipe, cada um tem seu corre corre do dia a dia, o que impede uma convivência mais estrita entre ambos.

A Supervisora Educacional SB, nesses 12 anos de atuação no cargo, tem adquirido uma experiência muito satisfatória. Segundo esta profissional, a prática é muito diferente da teoria; quando recém-formado, o indivíduo tem um choque de realidade e só vai aprender mesmo, com a prática no ambiente escolar. E a oportunidade de aprender na prática foi, para esta Supervisora, muito gratificante.

Os colegas que conviveu, ao longo desses anos, são grandes profissionais, e também grandes parceiros. Sempre conseguiu fazer um trabalho em equipe e parceria.

...os orientadores devem ter competências marcadas pelo processo participativo do desenvolvimento da autonomia, de integração e responsabilidade. O diálogo torna-se indispensável. A prática deve ser sustentada pela confiança na capacidade das pessoas e pelo fortalecimento da autonomia, envolvimento global, comunicação circular e horizontal, partindo de uma análise crítica do Projeto

Político e Pedagógico, articulando a teoria com a prática. (BALESTRO,2002apud BALESTRO,2005, p.25).

O orientador educacional é um profissional de suma importância na escola. E na escola que atua, o orientador e o supervisor procuram trabalhar juntos, para que possam solucionar os problemas relacionados aos alunos.

A supervisora SB relata que a orientadora educacional é sempre muito dinâmica, participativa e simpática. Percebe-se que não tem problemas para se relacionar com o restante da equipe.

Qualquer profissional deve se comportar de maneira ética, e se tratando do orientador educacional, essa premissa deve ser levada muito a sério, para que não venha expor o aluno, de forma alguma.

Ambos devem se respeitar e sempre se colocar no lugar do outro. E saber que, para que tudo ocorra da melhor maneira possível, precisam aprender a conviver e a trabalhar em equipe.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que se tenha clareza sobre a atuação da Orientação Educacional no espaço escolar, tanto a comunidade escolar como o próprio profissional. O Serviço de Orientação Educacional é uma peça significativa no espaço educativo regular sua atuação influencia na equidade educacional e na garantia de ensino significativo e emancipador.

No decorrer desta pesquisa abordamos aspectos importantes da OE, a origem dessa profissão e suas teorias e práticas. Vislumbramos que sua história perpassou por várias transformações. A ação de orientar, em vários e diferentes momentos, era interpretada de forma diferente considerando o contexto social de cada época. Não há um modelo a ser seguido pois há uma história a ser sempre re/construída uma vez que esse profissional se adaptava às necessidades do momento.

Para compreender o processo evolutivo da Orientação Educacional e os desafios intrínsecos ao trabalho do OE foi necessário debruçar sobre várias pesquisas já existentes e sobre teóricos importantes que experienciaram ou registraram essa caminhada.

A Orientação Educacional surgiu nos EUA com a Orientação Vocacional, e preparava os indivíduos para o mundo do trabalho, teve uma evolução em seus primórdios, todavia o mundo do trabalho e as adequações ao sistema capitalista industrial era o foco de sua ação. Há de se acrescentar como recorte, à guisa de conclusão, que por ser um elemento escolar o orientador comungava da função da escola enquanto instituição legitimadora da ordem social do capital.

A pesquisa trouxe como tema importante elencar os desafios encontrados pelos orientadores educacionais das escolas municipais de Vilhena. A Orientação Educacional inicia em Rondônia com a criação do Estado e a aberturas das primeiras escolas. Inicia-se no Regime militar e a ação desse profissional foi congruente como o momento político vigente. Registramos nessa pesquisa que no decorrer da história houveram muitos estudos e documentos, que regulamentaram a existência do Orientador Educacional, dentro das Instituições de Ensino em Rondônia.

O trabalho em questão vem com uma perspectiva crítica e contemporânea, na atuação dos Orientadores Educacionais, totalmente vinculada as questões

pedagógicas e ético-profissionais e sua contribuição nas escolas. O profissional em questão tem a necessidade de compreender o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, sua afetividade, emoções, sentimentos, valores e atitudes.

Aponta-se que o Serviço de Orientação Educacional – SOE no município de Vilhena/RO não atende somente alunos indisciplinados e alunos problemas, mas também atua na promoção da interação da cultura escolar, na emancipação dos estudantes enquanto sujeitos da sua história no mundo e na garantia do acesso por todos a todos os saberes científicos escolar.

O Orientador Educacional é peça fundamental nas escolas, é ele que auxilia o diretor, professores e supervisores e demais componentes da comunidade escolar dentro de cada função sem perder seu principal foco que são os estudantes.

Registrou-se nesse trabalho, conforme relato dos profissionais da Secretaria do Município de Vilhena, que há preocupações importante com a formação do OE através da gerencia pedagógica, com uma proposta nova de grupos de estudos em cursos de capacitação, realizados na própria Secretaria de Educação para que eles possam fortalecer sua ação em seus locais de trabalho.

Nota-se, nas entrevistas, que os Orientadores Educacionais se preocupam com a sua formação e almejam um olhar diferenciado das políticas educacionais para a formação direcionada para as suas práticas.

No mês de fevereiro 2019 houve uma reestruturação nas fichas e documentos, para que a Orientação Educacional possa desenvolver uma melhor organização de seu trabalho. Esta medida foi tomada para os profissionais que estão readaptados nas escolas. Ainda no mês de fevereiro, a Secretaria de Educação SEMED, teve várias reuniões para a criação do NAM, que começara seu trabalho em parceria com a equipe da saúde do município. Na educação, os profissionais, como psicólogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos trabalharão de forma itinerante.

Os gestores estão satisfeitos com o trabalho desempenhado pelos Orientadores Educacionais e tentam dar o suporte necessário para estes possam desempenhar suas atribuições adequadamente.

A pesquisa evidenciou que os supervisores escolares são parceiros e trabalham lado a lado com o Orientador Educacional, ambos desempenhando as suas funções com excelência. É difícil desvincular o trabalho desses dois

profissionais, já que eles se completam, desenvolvendo projetos dentro das escolas, tendo como principal preocupação, o ensino aprendizagem dos educandos.

Nas entrevistas pode se perceber que a Orientação Educacional, no ambiente escolar, tem conquistado cada vez mais seu espaço, e que, apesar das dificuldades, os orientadores estão obtendo resultados positivos. Nas escolas visitadas, todo o orientador tem sua sala de trabalho, porém, o espaço físico, ainda não está adequado para comportar este profissional. Reconhecer o lugar desse profissional mesmo que seja enquanto espaço físico já é um avanço.

Os Orientadores entrevistados têm formação adequada, são leitores assíduos sobre os temas relevantes que giram em torno do ensino aprendizagem e do comportamento, dentro desta perspectiva que é a educação.

Enquanto dificuldades elenca-se que ainda há os desafios da construção da sua identidade, necessitando que esses orientadores possam construir sua identidade enquanto orientadores educacionais de Vilhena e romper com a ideia de confundir seu trabalho com o do supervisor escolar iniciando pela clareza sobre as prerrogativas de suas funções.

O trabalho deixa claro que ainda se faz necessário uma valorização e reconhecimento profissional, não é possível confundir esse profissional enquanto ação no espaço escolar.

O OE precisa focar sua prática para um projeto que procure construir uma sociedade mais justa, onde os estudantes sejam sujeitos e possa, enquanto cidadãos, ter uma vida com maior qualidade.

Nesse sentido, como elenca as literaturas utilizadas nessa pesquisa, todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem necessitam e precisam participar e contribuir para que ocorram transformações significativas no contexto educacional, e assim sucessivamente no contexto social e cabe ao orientador essa linha de frente, porém essa consciência não ficou clara nas entrevistas o orientador ainda gasta muito tempo com trabalhos burocráticos na escola.

O OE é um profissional dentro do espaço escolar que trabalha, além de outras coisas, com as questões da construção de valores e com o indivíduo na sua completude em seu jeito e essência humana. Nesse sentido é preciso clareza e entender que ele é um colaborando para a formação integral do estudante enquanto sujeito social, que vive a história no hoje, no aqui e agora, como autor principal.

Compreendendo e refletindo seus desafios nota-se que o orientador possui diversas atribuições e que envolve todo o contexto escolar, o familiar e o social. Nesse sentido pode-se evidenciar o quanto é importante o seu papel na escola e quantas lacunas podem ser produzidas na formação do sujeito em escolas que ainda não há a atuação desse profissional.

A prática dos atores da escola e a isso inclui-se o da OE precisa estar atrelada a *uma concepção de homem e de mundo* para que se possa chegar a uma nova transformação da sociedade.

Sendo assim, para que se alcance uma educação de qualidade onde os sujeitos possam ter acesso ao conhecimento qualitativo é preciso que todos estejam comprometidos sempre pensando nos estudantes como os principais sujeitos deste processo, como seres únicos, que têm muito para aprender e também para ensinar. Quiçá, seja essa uma das possibilidades ainda possíveis, de transformar a sociedade. A formação, através da escola, de sujeitos críticos, autônomos, emancipados e conscientes de seu papel enquanto ser social.

7 REFERÊNCIAS

- AMADO, G. **Discurso do Diretor do Ensino Secundário por ocasião da instalação do 1º Simpósio de Orientação Educacional**. São Paulo: Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- AOERGS. **Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://aoergs.blogspot.com/>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.
- ASFOE. **Associação Fluminense dos Orientadores Educacionais**. Disponível em: <http://www.asfoe.com.br/php/>. Acesso em 05 de dezembro de 2018.
- BALESTRO, M.A. **Trajetória e a prática da Orientação Educacional** IN: PROSPECTIVA. Revista de Orientação Educacional, 2005. Nº28, p.18-27.
- BARROS, D. **A formação do profissional na UFMG**. O reinício de um percurso. REVISTA DA ABOP. Florianópolis. Vol. 3, n. 01.p. 109-117.1999
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Portugal, Edições 70, LDA. 2002.
- BATISTA, Iriam Polini. **Atribuições do Orientador Educacional: Uma análise do Real e Ideal na prática do Orientador Educacional**. 2010. 11f. Dissertação (mestrado) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, RJ.
- BONFIM, Elizabeth de Melo Araújo. **Orientação Educacional no Brasil: Estudo da Produção Literária (1940-1980)**, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1981.
- BRASIL, Pedro. **Vilhena conta sua História**. Vilhena: Gráfica Delta, 2000.
- CUNHA, M, V.da. **A Dupla natureza da Escola Nova: Psicologia e Ciências Sociais**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, nº 88, pg.65, fev.1994.
- FREIRE, Aracy Munis. **A Orientação educacional na escola secundária**. São Paulo. Campanhia Editora Nacional, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Wesley; JOBBOUR, Charbel. **Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões**. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.
- GAMA, E. F. **Orientador Educacional: profissional em busca de identidade**.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação educacional na prática**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini. **Orientação educacional na prática**: princípios, técnicas, instrumentos / Lia Renata Angelini Giacaglia, Wilma Millan Alves Penteado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GRINPUN, M.P.S.Z. **A orientação e o contexto social**. Fórum Educacional, 1986

GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin. (org). **A Prática dos Orientadores Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1994..

GRINPUN, M.P.S.Z. **A Orientação Educacional Contextualizada**. Revista de Educação da Associação de Educação Católica, Brasília, ano 16, nº64,p.7-30,abril/junho de 1987.

GRINSPUN, Mirian Paura Salrosa Zippin. **A Orientação Educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2001.

GRINSPUN, Míriam P. S. Zippin. **A Orientação Educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANFREDI, S.M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo:Cortez ,2002.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MASSALAI, L. **Entre traumas, lações e nós: uma análise do discurso de orientação educacional**. Araraquara, SP: Ed. 42, 2014. 1º edição.

_____, in Revista Prospectiva. Porto Alegre, nº 32, 2011/2012..
Entre traumas, lações e nós: uma análise do discurso de orientação educacional. Araraquara, SP: Ed. 42, 2014. 1º edição

MIGUEL, P. A. C. **Estudo de caso na administração: estruturação e recomendações para sua condução**. Produção, v. 17, n. 1, p.216-229, jan./abr. 2007. YIN. R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

NÉRICI, I. G. **Introdução à Orientação Educacional**. São Paulo Ed, Atlas S. A. 1988, 4ºed.

PEREIRA, J. V. **Educação: análise e perspectiva**. São Paulo: Pannartz, 1985.

PIMENTA, Selma Garrido. **Orientação Vocacional e Decisão – estudo crítico da situação no Brasil**. São Paulo. Ed, Loyola. 1981, 2º edição.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1991

PREFEITURA DE VILHENA. **Portal do servidor**. Disponível em <http://vilhena.ro.gov.br/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

ROHDEN, M. **Revista Multidisciplinar em Educação**. Vilhena –RO, 2014.

RONDÔNIA, Estado. **Departamento de Ensino Regular. Diretrizes Técnico Pedagógicas do Serviço de Orientação Educacional**. Porto Velho: Palmares, 1985.

SANCHES, M A. **Orientação educacional dirigida a adolescente**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. 1º edição.

SANTOS, M. A. P. S. (1986): **Encontros e Congressos Brasileiros de Orientação Educacional: Uma Instância Educativa**, 1986. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação e Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. MG.

SCHIMIDY, M. J. **Orientação Educacional**. 3ed. Rio de Janeiro, Editora Agir, 1975.

SEDUC_Secretaria De Estado Da Educação De Rondônia. **Diretrizes Técnico-Pedagógicas do Serviço de Orientação Educacional**. Porto Velho, 1985.

SEDUC, **Caderno Pedagógico de Orientação Educacional**. Porto Velho, 1991.

SEDUC, **Conselho de Classe**. Porto Velho: Gênese, 1987.

SEDUC, **Manual do Diretor**. Porto Velho, 1988.

SEDUC, **Objetivos de Ensino**. Porto Velho, 1988. SEDUC, Regimento Escolar. Porto Velho, 1988.

SEDUC, Portaria nº 0632/08. **Regulamenta o uso das sanções aos alunos das Escolas Públicas Estaduais do Estado de Rondônia**. Secretaria de Estado da Educação de Rondônia: 2008.

SÃO PAULO-A **consolidação da Psicologia no Brasil (1930-1962)**: sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. Revista Psicologia da Educação. São Paulo, nº 22, p.79-94, 2006.

SILVA, N. S. F. C. da. **Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico** / 1.ed., rev. - Curitiba, PR:

_____. **A prática dos orientadores educacionais**. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.P. 149 -154.

1 APÊNDICE



1.1 APÊNDICE ROTEIRO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA COM GERENTE PEDAGÓGICO

Nome do entrevistado:

Nome da instituição onde exerce seu cargo:

Formação acadêmica:

Tempo no cargo:

- 1-Faça um relato sobre sua experiência educacional no seu tempo de atuação.
- 2-Qual o seu olhar, como profissional, em relação a Orientação Educacional nos dias atuais?
- 3-Em sua opinião, como deve ser o espaço ideal para o Orientador Educacional desenvolver seu trabalho?
- 4-Como é a interação do Gerente Pedagógico da SEMED e os Orientadores Educacionais da Rede Municipal de Educação?
- 4- Quais os autores que embasam sua prática?
- 5-Qual é a proposta que a Secretaria Municipal de Educação tem, para melhorar o desenvolvimento do trabalho do Orientador Educacional?
- 6- Em sua opinião, como deve ser o perfil do Orientador Educacional frente aos desafios cotidianos enfrentados?



ENTREVISTA COM DIRETOR ESCOLAR

Nome do entrevistado:

Nome da instituição onde exerce seu cargo:

Formação acadêmica:

Tempo no cargo:

1-Faça um relato sobre sua experiência na educação, nos seus anos de atuação.

2- Qual o seu olhar como profissional em relação a Orientação Educacional nos dias atuais?

3- Qual a importância do Orientador Educacional no trabalho diário da Gestão Escolar? De que forma isso ocorre?

4. Como você nota a relação do Orientador Educacional com a Equipe Escolar?

5- Em sua opinião, como deve ser o perfil do Orientador Educacional frente aos desafios cotidianos enfrentados?

6- O que pode ser melhorado no trabalho entre a Orientação Educacional e Direção Escolar no desenvolver das suas ações?

7- Gostaria de fazer alguma ressalva e dar sua opinião sobre alguma coisa que não foi citada em relação a Orientação Educacional?



ENTREVISTA COM ORIENTADOR EDUCACIONAL

Nome do entrevistado:

Nome da instituição onde exerce seu cargo:

Formação acadêmica:

Tempo no cargo:

1-Faça um relato sobre sua experiência como Orientador Educacional, nos seus anos de atuação.

2-Qual o seu olhar como profissional em relação a Orientação Educacional nos dias atuais?

3-Como você vê a estrutura física do seu ambiente de trabalho, e como você gostaria que fosse?

4-Como é a sua relação com escola: equipe gestora, pedagógica, secretaria e equipe de apoio?

4- Quais os autores que embasam sua prática?

5-Você como Orientador Educacional tem conseguido cumprir todas as atribuições do seu plano de ação na Instituição de Ensino que trabalha?

6- Em sua opinião, como deve ser o perfil do Orientador Educacional frente aos desafios cotidianos enfrentados?

ENTREVISTA COM SUPERVISÃO ESCOLAR

Nome do entrevistado:

Nome da instituição onde exerce seu cargo:

Formação acadêmica:

Tempo no cargo:

1-Faça um relato sobre sua experiência como Supervisor Escolar, nos seus anos de atuação.

2-Qual o seu olhar como profissional em relação a Orientação Educacional nos dias atuais?

3-Qual a importância do Orientador Educacional no seu trabalho diário. De que forma isso ocorre?

4.Como você nota a relação do Orientador Educacional com a Equipe Escolar?

5- Em sua opinião, como deve ser o perfil do Orientador Educacional frente aos desafios cotidianos enfrentados?

6- O que pode ser melhorado para que o trabalho entre o Orientação Educacional e Supervisão consiga desenvolver um bom trabalho?

7- Gostaria de fazer alguma ressalva e dar sua opinião sobre alguma coisa que não foi citada sobre a Orientação Educacional?

1.2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ORIENTADORES EDUCACIONAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA** e está sendo desenvolvida por ARLETE FREITAS DE SOUZA, do Curso de Pós-Graduação do Mestrado em Educação da LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL – UNILOGOS®, sob a orientação do Prof. Dr. Leônidas Antônio Chow Castilho.

Os objetivos do estudo são: **Descrever os desafios enfrentadas pelo Orientador Educacional no seu cotidiano; Verificar a relação psicossocial do Orientador Educacional no desempenho de suas atribuições; Relacionar a importância do Orientador Educacional na comunidade escolar de uma forma global; Discutir os aspectos teóricos para obter subsídio para minha investigação em relação aos Orientadores Educacionais; Refletir a importância deste profissional no desenvolvimento junto à comunidade escolar. A finalidade deste trabalho é contribuir para a pesquisa acadêmica bem como com a história desse profissional no estado de Rondônia.**

Solicitamos a sua colaboração para **entrevistas, escritas e gravadas bem como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.** Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. **Informamos que essa pesquisa se desenvolverá nos pressupostos éticos, todavia humanamente, estamos sujeitos a alguns imprevistos que serão considerados como desafios do processo da pesquisa não gerando direitos de reparação uma vez que não há intenção escusa. Caso haja incidente ou desconforto com algumas indagações manifestada pelo entrevistado essa pesquisadora interromperá a pesquisa com o devido participante.**

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Miami, FL ____ de _____ de _____


Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) -----Telefone: ----- ou para o Comitê de Ética da Logos University International – www.unilogos.edu.eu / contact@unilogos.org